

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SAÚDE MENTAL E RESISTÊNCIA ANTICAPITALISTA

SUELAINÉ SEVERINO DA SILVA

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

SAÚDE MENTAL E RESISTÊNCIA ANTICAPITALISTA

SUELAINÉ SEVERINO DA SILVA

Sob a Orientação da Professora Dra.
Adriana Amaral Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, como parte das exigências para
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Seropédica, RJ.
Março de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586s SILVA, Suelaine Severino da, 1996-
Saúde mental e resistência anticapitalista /
Suelaine Severino da SILVA. - Seropédica/RJ, 2023.
81 f.

Orientadora: Adriana Amaral FERREIRA. Trabalho
de conclusão de curso (Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

1. Saúde mental. 2. Capitalismo. 3. Políticas
publicas. 4. Crítica do capital. I. FERREIRA, Adriana
Amaral, 1980-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Serviço Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 1426 / 2023 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.015861/2023-10

Seropédica-RJ, 17 de março de 2023.

Suelaine Severino da Silva

SAÚDE MENTAL E RESISTÊNCIA ANTICAPITALISTA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 07 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Doutora Adriana Amaral Ferreira
Orientadora - presidenta (DEDH/UFRRJ)

Prof.^a Doutora Liliane Barreira Sanchez
Membro interno (DTPE/UFRRJ)

Prof.^a Mestra Luciene Sales Sena
Membro externo (UFBA)

(Assinado digitalmente em 18/03/2023 20:31)
ADRIANA AMARAL FERREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 1783266

(Assinado digitalmente em 18/03/2023 18:17)
LILIANE BARREIRA SANCHEZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1719162

(Assinado digitalmente em 20/03/2023 19:07)
LUCIENE SALES SENA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 731.888.327-53

Dedico este trabalho a todos que contribuíram com palavras, incentivos, conhecimentos e suporte para finalização desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me sustentado durante toda a jornada da vida, por me conceder paz espiritual nos momentos que a aflição tomou conta de mim, a ele toda honra e toda a glória.

À minha mãe, mulher forte que dedicou sua vida por suas filhas, disposta a enfrentar qualquer desafio, obrigada por todo seu amor, por toda sua proteção, por suas orações, por ser minha inspiração para nunca desistir e por me fazer acreditar nos meus sonhos.

Às minhas irmãs, Suliane e Jessica, por todo companheirismo, palavras e incentivos aos meus estudos, por sempre me apoiarem e deixarem os momentos mais leves com risadas, histórias e construção de memórias afetivas nos nossos momentos simples e únicos.

Às minhas grandes amigas Anna Carolina, Flávia Marques, Gabrielle Borges e Marina Baptista, que foram as minhas aliadas durante a nossa caminhada na Rural. Verdadeiras companheiras de choros, risos e, sobretudo, dos desafios diários compartilhados a cada ida e vinda no ônibus.

Aos meus familiares, por todo apoio e pelas orações que foram dedicadas a mim durante a minha vida, pelos incentivos aos meus estudos, por todo carinho e momentos de festas e felicidades que deixaram a caminhada mais leve. Obrigada, pois, reconheço que esses detalhes fazem toda a diferença.

Às minhas amigas e amigos da caminhada da vida e aqueles que vivenciaram a graduação comigo, nada somos sem amigos e eu agradeço a cada um que de alguma forma colaborou não somente com os meus estudos, na minha graduação, mas também somaram com conversas, debates e trocas. Tudo isso construiu o ser humano que sou hoje e, portanto, sou muito grata.

À minha orientadora, Adriana Amaral, não tenho palavras para agradecer por não desistir de mim, mesmo nos momentos em que eu já me encontrava a beira da desistência. Obrigada pelas palavras e incentivos a continuar, por toda paciência e por compartilhar seus conhecimentos para a realização deste trabalho.

Aos professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por todo o conhecimento compartilhado. Em especial às professoras Fabrícia Vellasquez e Simone Tourino, que sempre acolheram nossas demandas para além da graduação, e por serem exemplos de profissionais.

Ao meu companheiro, Washington Bergue, por toda compreensão e paciência, sobretudo por cumprir sua promessa, por estar ao meu lado mesmo no final desta grande trajetória, seu apoio fez toda a diferença na construção deste trabalho, obrigada por proporcionar tudo o que pode por mim e por nós.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a inconsistência de uma saúde mental estável dentro de um contexto de dominação do sistema capitalista. Os efeitos negativos que determinada organização econômica provoca na subjetividade resultou em uma sociedade dominada, adoecida e em sujeitos reduzidos à força de trabalho. O resultado desta análise bibliográfica compreendeu a dinâmica da sociedade capitalista, sua trajetória e seus efeitos na saúde mental, assim como os limites das políticas públicas nesta conjuntura. Com base neste fundamento e nestas contradições, pensou-se uma possibilidade de superação desse modelo de sociedade, em uma organização social emancipada e liberta de dominações, em que os sujeitos sejam livres e protagonistas de sua vida.

Palavras-chave: Saúde mental; crítica do capital.

ABSTRACT

This paper aims to present the inconsistency of a stable mental health within a context of domination of the capitalist system. The negative effects that certain economic organization provokes in subjectivity resulted in a dominated, sickened society and in subjects reduced to the labor force. The result of this bibliographical analysis understood the dynamics of capitalist society, its trajectory and its effects on mental health, as well as the limits of public policies in this conjuncture. Based on this foundation and these contradictions, a possibility of overcoming this model of society was thought, in an emancipated social organization, free from domination, in which the subjects are free and protagonists of their lives.

Keywords: Mental health; criticism of capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Rede de atenção à saúde mental.....	63
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O PROCESSO HISTÓRICO DE REDUÇÃO DO SER HUMANO À FORÇA DE TRABALHO	12
2.1 Alienação como vendabilidade universal	20
2.2 Dominação pelo valor	22
2.3 O capitalismo como forma de alterar a vida humana	27
2.4 A produção da subjetividade.....	39
3 LOUCURA E INSTITUIÇÕES PSIQUIÁTRICAS	47
4 INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS COMO MEDIDA DE REPARAÇÃO DA SAÚDE MENTAL	53
4.1 Os limites estruturais das políticas sociais.....	65
4.2 Ruptura com a experiência social que adocece e liberação das forças sociais criativas: estudos de Eros e Civilização.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

Os conceitos de saúde debatidos nas aulas sobre Política Social, durante a graduação de Serviço Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, foram responsáveis por amadurecer pensamentos e definições para além daquelas já imaginadas e refletidas. Partindo de conceitos vagos, de uma saúde física relativa ao corpo, para alcançar sentidos extensos do que de fato é ter saúde, esta imersão se configurou em parte o que fomentou a escrita deste trabalho.

Para mais, a vivência como estagiária de Serviço Social dentro de um equipamento de saúde mental, o CAPS II (Centro de Atenção Psicossocial), localizado no município de Seropédica, foi fundamental para entender na prática as questões sociais aprendidas na graduação, e, sobretudo, as questões políticas econômicas e as relações multiprofissionais, junto com as orientações e as aulas com professores renomados no campo da saúde mental. O local foi um incentivador na busca acerca da saúde mental e tudo o que envolvia a temática, e isso se apresenta nesta pesquisa.

As demandas apresentadas nos atendimentos não envolveram somente saúde e saúde mental, pois é incabível tratar esses casos isolados das outras adversidades que os envolvem. Tendo em vista que a sociedade está inserida em um sistema econômico cujas estruturas são fundamentadas na exploração do trabalho, e esta relação capital x trabalho resulta na “questão social” e suas diversas formas de manifestação na sociedade.

Nesse contexto, as transformações da sociedade são direcionadas pela organização do sistema capitalista, detentor das riquezas produzidas pela força de trabalho do homem, que domina completamente as relações sociais e afeta a relação do indivíduo com ele mesmo. Dadas as condições de dominação, é preciso pensar o conceito de saúde mental dentro dessa ordem, que se origina na dominação das relações de trabalho para a dominação dos corpos e das subjetividades do ser humano.

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar o antagonismo da relação saúde mental e sociedade capitalista. A inconsistência de um sistema pautado na dominação e exploração da classe trabalhadora e suas transformações sociais, que tem como consequência uma crescente sociedade adoecida, ou melhor, o contrário do que se entende como bem-estar mental.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, com leituras, pesquisas, dados e o uso de grandes referências, tanto no que se refere ao assunto do sistema capitalista e sua trajetória, quanto à temática da saúde mental – um assunto indispensável durante a graduação de Serviço Social.

O caminho escolhido resgatou conceitos históricos, debates e reflexões que dividem posicionamentos acerca das temáticas abordadas. Reflexões importantes e que movimentam a discussão no meio acadêmico, pois são questões que atravessam a realidade de todos, seja como aluno de graduação ou já formado, atuando no campo profissional. É interessante correlacionar os tópicos para entender quais são os limites impostos e o quanto influenciam no âmbito do trabalho profissional.

As políticas sociais estabelecidas em uma sociedade capitalista, neste caso, em específico, as políticas de saúde e saúde mental, encontram limites que impossibilitam a sua eficácia. Esses são definidos por uma ação potencializada de elementos econômicos, sociais e culturais que entram em colapso. Portanto, torna-se necessário compreender os limites das políticas públicas nesse cenário em crise, não somente os limites estruturais das políticas frente às tentativas de desmonte, mas entendê-los diante de uma sociedade decadente, produtora de adoecimentos psíquicos, transformando as políticas públicas em meras administradoras dos efeitos sociais devastadores e adoecimentos mentais.

A primeira parte deste trabalho destinou-se ao resgate histórico do processo de produção da experiência social que estruturou o modo de vida capitalista, destruindo os costumes e tradições de base comunitária, fazendo da atividade humana produtiva uma experiência de assujeitamento ao capital, produto do trabalho, regulado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria.

Posteriormente, deu-se ênfase nas formas de dominação do capital, a princípio perpassada pela lógica da exploração e alienação do trabalho conforme apresentado por Karl Marx, mas esta organização ultrapassou a barreira da dominação do trabalho industrial com os modelos de flexibilização do trabalho. A alienação da classe trabalhadora possibilitou a invasão do sistema capitalista nas relações sociais.

A partir desse ponto de partida, ao utilizar outros autores como Frantz Fanon, foram analisados elementos que se somaram com o pensamento de Marx e

que contribuíram para a consolidação da dominação do capital sobre as relações da sociedade, evidenciando o que tais transformações conseguiram atingir. Como apresentado por Richard Sennett, a respeito da corrosão do caráter, é crucial pensar exatamente o quanto a subjetividade do ser humano foi alterada por uma organização social exploradora e desigual. Como resultado disso, surgem as múltiplas desigualdades sociais, das mais variadas formas e o aumento do adoecimento psíquico e social.

No capítulo seguinte, resgatou-se a trajetória da saúde mental, os impactos, a loucura e todo o enredo que envolve essa temática, como a superação de conceitos e concepções. Iniciou-se com as concepções de Michel Foucault sobre a loucura e o controle dos corpos, teoria primordial para entender todo o processo de aprisionamento da sociedade.

Além disso, o trabalho foi afinado para representar o contexto brasileiro, o resgate histórico da saúde mental no Brasil e os desdobramentos e desafios desta história de luta e resistência, os novos enredos e as conquistas, mas, sobretudo, as memórias de tempos sombrios. Para isso foram usados os autores Nise da Silveira – pioneira nos movimentos de saúde mental no Brasil –, Daniela Arbex, Paulo Amarante, entre outras contribuições essenciais.

No fim, foram apresentados os apontamentos acerca dos limites das políticas sociais e a sua relação insuficiente diante de um projeto de adoecimento mental da sociedade, resultado de uma sociedade capitalista, levando-as a seus extremos. Como referência, trazemos Marcuse e Mészáros, que evidenciaram a possibilidade de pensar uma sociedade para além do capital, um modelo social, econômico e cultural que supere radicalmente os efeitos devastadores da organização capitalista, cujo objetivo seja a liberdade do ser humano, superando o modelo de exploração do trabalho e da desigualdade social.

2 O PROCESSO HISTÓRICO DE REDUÇÃO DO SER HUMANO À FORÇA DE TRABALHO

Com o declínio do antigo sistema feudal e a ascensão de uma nova forma de organização da vida econômica e social, se fortaleceu o sistema capitalista e seus ideários baseados na exploração do trabalho para fins de acumulação de riquezas. Assim, a engrenagem do capitalismo se manifestou ainda no final do feudalismo, por causa do enfraquecimento e queda deste.

As transformações ocorreram em razão da apropriação de elementos naturais, que se tornaram, ao longo do tempo e dos avanços, fundamentais no processo de constituição de um sistema social materializado. O tempo e o controle sobre ele foi um dos fatores principais na gênese da sociedade capitalista.

No antagonismo entre “tempo natureza” x “tempo relógio”, o tempo deixou de ser algo desprezível para ser algo controlado. Antes a tentativa de controle do tempo era vista em alguns povos como rude, em que qualquer tentativa de domínio ou pressa não era percebida com bons olhos. Thompson apresentou uma observação, de Pierre Bourdieu sobre a vivência de camponeses cabilas na Argélia e como era a relação do povo com a noção de tempo:

Uma atitude de submissão e de indiferença imperturbável em relação à passagem do tempo, que ninguém sonha em controlar, empregar ou poupar...A pressa é vista como uma falta de compostura combinada com ambição diabólica. O relógio é às vezes conhecido como “a oficina do diabo” (THOMPSON, 2005, p.270).

O tempo foi atrelado à atividade humana produtiva e, conforme os avanços dos ideais capitalistas, assumiu uma posição crucial dentro dos moldes de produção do capital, uma vez que o seu controle se tornou uma chave importante no processo de produção e acumulação de riquezas, assim como nas relações sociais.

Os povos originários eram guiados pelo ritmo dos fenômenos naturais, suas atividades de produção humana e domésticas, que não tinham muita distinção, se apresentavam como mediadoras do tempo, além de serem os detentores do seu ritmo e qualidade do trabalho, “a medição do tempo está comumente relacionada com os processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas” (THOMPSON, 2005, p. 269).

A mudança da percepção do tempo controlado se iniciou com o advento das novas formas de trabalho. A própria ideia de atividade humana produtiva se transformou e a concepção de trabalho se internalizou de uma forma diferente com a

inserção do relógio, da mecanização, da maquinaria e com o surgimento da indústria. Com isso, a relação tempo e trabalho se intensificou. “O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos de vida industrial era, ao mesmo tempo, uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço” (THOMPSON, 2005, p. 279).

O que estamos examinando neste ponto não são apenas mudanças na técnica de manufatura que exigem maior sincronização de trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo em *qualquer* sociedade, mas essas mudanças como são experienciadas na sociedade capitalista industrial nascente. Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra (THOMPSON, 2005, p. 289).

Assim, essa relação originada na manufatura com o enquadramento do tempo em um pequeno objeto, ganhou grande proporção na era industrial e tecnológica, tornando-se um vínculo precioso na sociedade capitalista, alterando as primeiras formas de trabalho, se entranhando nas relações sociais, econômicas e políticas, até chegar à concepção de trabalho que se tem hoje.

Trabalho *sm.* 1. Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. 2. Atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento. 3. Trabalho (2) remunerado ou assalariado; serviço, emprego. 4. Local onde se exerce essa atividade. 5. Qualquer obra realizada. 6. Lida, labuta, 7. Brás. v. bruxaria (FERREIRA, 2001, p.679).

O trabalho, como categoria fundamental da sociedade capitalista, assumiu um papel de suma importância na produção de mercadoria, propriedade privada e acumulação de riquezas. Sua estrutura se modificou com os primeiros sinais de uma revolução industrial, passando a ser controlado pelo tempo em prol de rapidez e agilidade de uma produção de mercadorias. Em outras palavras, o modo capitalista de propriedade e distribuição deu origem a um novo modo de produção – a industrial – que criou um grau de riqueza antes impensável, embora distribuída de forma altamente desigual (POSTONE, 1993).

A partir da teoria marxista, é possível entender o quão importante essa categoria representou durante o avanço da sociedade capitalista e o quanto o capitalismo depende desse eixo para a sua reprodução e sobre um pensamento acerca da definição de trabalho:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (MARX, 1983, p.104).

Com a ampliação da dominação capitalista, afirmaram-se mudanças nas atividades do trabalho que ocasionaram influências na vida do indivíduo, afetaram a qualidade de vida e as relações sociais, ultrapassando e adentrando em questões subjetivas do ser humano.

As formas de controle dos trabalhadores e a apropriação por completo de todas as suas atividades no tempo fora do trabalho fizeram parte do início de uma nova constituição do trabalho moderno que se instaurou durante a era industrial. “O trabalho tornar-se, paulatinamente, a forma por excelência de relação e ação do sujeito sobre o mundo” (LOPES, 2009, p.94).

Com a inserção do homem na indústria, as antigas formas de trabalho foram abandonadas, dando espaços para novas maneiras, encontrando algumas resistências, ora algumas facilidades, assim, um novo modo de trabalhar se instalou.

Em sua fase pioneira, ainda marcada pelo legado técnico e cultural dos artesãos, a nova ordem social que se fundamentava no trabalho fabril enfrentou enormes resistências por parte do conjunto dos trabalhadores-nova categoria que se forjava no seu interior e essencial ao seu funcionamento” (LOPES, 2009, p.93).

Esse envolveu o controle do tempo e o disciplinamento dos trabalhadores em seu “ambiente” de trabalho, também influenciou nas práticas culturais que foram modificadas em prol de uma nova regra oriunda da atividade fabril.

A justificativa para o domínio da classe trabalhadora era ligada ao ritmo de trabalho dado como irregular, em que fatores como bebedeiras, festejos, cerimônias em dias de trabalho que faziam parte de costumes e da manifestação cultural do povo, interrompiam o andamento do trabalho.

“As máquinas significavam disciplina nas operações industriais”. Essa frase acompanhada da seguinte menção: “se uma máquina a vapor começasse a funcionar todas as segundas-feiras de manhã às seis horas, os trabalhadores se disciplinariam com o hábito do trabalho regular e contínuo[...]” (THOMPSON, 2005, p. 284).

Dessa forma, como apontado por Lopes (2009), deu-se uma “ética” do novo trabalho, os trabalhadores das indústrias deveriam dispor de um comportamento padrão, deveriam seguir regras como cumprir horários, regulamentos, atenção e precisão no trabalho executado. Esse foi o impulso para a materialização de uma constituição singular do binômio trabalho-subjetividade, promovendo o nascimento do “trabalhador moderno”.

O processo do trabalho homem-trabalho/substituição por máquinas/substituição por novas tecnologias fez com que a mão-de-obra do homem

se tornasse dispensável. Essas novas formas começam a dividir o trabalho do trabalhador e o seu produto final.

A inserção do trabalhador na indústria tomou proporções gigantescas pelo mundo, mudanças nas esferas políticas, sociais e culturais de uma sociedade, o que germinava com o início da industrialização, ganhava força, poder e controle sobre a vida dos homens. Tais ações do trabalho adentraram nas subjetividades humanas.

O trabalho vai tornar-se, paulatinamente, a força por excelência de relações e ação do sujeito sobre o mundo. Assim, a dimensão ontológica da automediação do trabalho converte-se, como observa Ramos (2004), no ponto de partida para a produção de cultura pelos grupos sociais, entendendo esta como “processo de produção de símbolos, de representações, significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída/do pelo tecido social” (RAMOS, 2004, p.45 *apud* LOPES, 2009, p.94).

No filme “Tempos Modernos” (1936), com a atuação de Charlie Chaplin, foi retratado o surgimento das indústrias e sua relação com os trabalhadores, diante das novas formas de produção, as linhas de montagem, perdeu-se a noção da produção total, individualizando as relações. Ou seja, a “nova” forma de trabalho introduziu a segregação das atividades produtivas. Antes, o trabalhador tinha noção do todo produzido, pois o produto era realizado do início ao fim pelo próprio, depois cada parte da montagem/construção de um produto passou a ser realizado por diversos funcionários de forma mecanizada. Para os donos dos meios de produção isso significava avanço, rendimento e rapidez da produtividade, e baseado nos princípios do “tempo é dinheiro”, quanto menor o tempo perdido para a realização de uma tarefa, maior seria o índice da produção em larga escala, logo, maiores os lucros.

A brutalidade dessas ações, realizadas de forma sutil, tornou-se uma medida importante para a manutenção desse novo sistema, o controle sobre o ser e a desumanização das atividades do trabalho originaram-se a partir da força e da discricção do discurso de modernização, ou melhor, da flexibilização do trabalho, resultando na contradição de avanço tecnológico x o lado desumano das atividades trabalhistas.

Diante do contexto da implementação das indústrias e o favorecimento para o avanço do capitalismo, a expansão das atividades humanas industriais condizia também com o cenário econômico-social do final do século XIX e início do século XX. Esse período foi favorável para que tais ações industriais se constituíssem, o controle do tempo sendo alvo de mudanças nas formas de trabalho e a inserção do

homem nas indústrias contribuíram para a dinâmica e desenvolvimento do sistema econômico capitalista.

Com a efervescência das inovações e os novos sistemas produtivos que eclodiram e se intensificaram a partir da segunda revolução industrial¹, outros fatores de favorecimento e condições de progresso das expansões das indústrias foram aparecendo e sendo facilitados. Assim, a própria ação do capital ganhou força durante o processo de acumulação de riquezas e sua evolução como sistema econômico.

Concomitantemente, criou-se um mercado de massas, principalmente e em primeiro lugar nos EUA, com ganhos de produtividade sendo repassados aos salários. Por fim, houve um grande aumento de escala das empresas, via processos de concentração e centralização de capital, gerando uma economia amplamente oligopolizada (HOBSEAWM, 1968, p. 160-165).

Era preciso mais do que o controle do tempo/trabalho para o progresso das indústrias, o uso de estratégias que fossem de acordo com o tipo de organização que estava se estabelecendo era imprescindível. Contudo, é importante salientar que não se tratava somente de uma modernização das formas de produção, o que estava em jogo era um progresso de um sistema econômico que alcançava, também, as esferas políticas e sociais, e que estava coligado com o crescimento e a expansão industrial. Nesse contexto, David Harvey afirmou:

Tem que haver, portanto, “uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de *modo de regulamentação*” (HARVEY, 2001, p. 117).

Um regime de acumulação “descreve a estabilização, por um longo período como das condições de reprodução de assalariados.” Um sistema particular de acumulação pode existir porque “seu esquema de reprodução é coerente”. (HARVEY, 1989, p. 117).

Um facilitador importante durante esse processo é o Estado. Para Harvey, se os comportamentos dos indivíduos se tornassem um problema por não sucumbirem a manter a ordem e a lógica de acumulação funcionando, o Estado facilitaria a conversão das pessoas em favor do regime.

¹A Segunda Revolução Industrial possui várias características que a diferenciam da Primeira. Uma delas foi o papel assumido pela ciência e pelos laboratórios de pesquisa, com desenvolvimentos aplicados à indústria elétrica e química, por exemplo. Surgiu também uma produção em massa de bens padronizados e a organização ou administração científica do trabalho, além de processos automatizados e a correia transportadora (HOBSEAWM, 1968, p. 160-165).

O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos – assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando (HARVEY, 1989, p. 117).

Além disso, é inegável que a implementação das indústrias tenha favorecido o sistema econômico capitalista, marcado pela nova administração científica do trabalho (LOPES, 2009, p. 94). Com origem junto ao advento do Taylorismo e Fordismo, que são sistemas marcados pelas inovações tecnológicas e organizacionais das formas de trabalho (produção), o que diferencia um sistema do outro é apresentado como:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1989, p. 122).

O controle dos modos de trabalho e da vida dos trabalhadores, mantendo-os regradados dentro de uma moralidade e de certos comportamentos, ganharam espaços fora do trabalho. A lógica, portanto, era fazer com que o trabalhador disciplinado conseguisse uma alta produtividade, em determinada jornada de trabalho, de forma remunerada, porém, injusta. A remuneração do trabalho era direcionada pela lógica de que o trabalhador teria de dispor de “tempo/lazer” para que pudesse usufruir dos produtos produzidos em massa, criando um ciclo do qual o capital, a fim de obter lucros usou disso para que essa forma de consumo de bens fizesse parte da “necessidade humana”.

Mas isso presumia que os trabalhadores “privilegiados” (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o “novo homem” da produção de massa tinha o certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isso é, não alcoólico) e “racional” para corresponder às necessidades e expectativas da corporação. A experiência não durou muito tempo, mas a sua própria existência foi um sinal presciente dos profundos problemas sociais, psicológicos e políticos que o fordismo iria trazer (HARVEY, 1989, p. 122).

Com isso, os problemas citados acima a partir da estrutura do fordismo foram acirrados com a passagem e a transição do fordismo para à acumulação flexível². Isso se deu, especialmente, por causa das mudanças econômicas e a incapacidade do fordismo de lidar com as contradições do sistema capitalista. A

²Acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnologia e organização” (HARVEY, 1989, p. 140).

aposta do fordismo era o sistema de produção e acumulação em massa, que entrou em colapso com a ideia de flexibilização da produção. “A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo” (HARVEY, 1989, p.140).

Ainda em relação a alguns retrocessos, o papel do Estado diante das mudanças das formas de trabalho e desenvolvimentos sociais não favorecia devidamente a classe trabalhadora, que sofria com as transformações que alteravam desde seu modo de trabalho, até as particularidades de sua vida privada. Com o advento da acumulação flexível, outros retrocessos ocorreram, por exemplo, os ataques aos sindicatos dos trabalhadores como forma de desarticular e enfraquecer as ações coletivas da classe; ao mesmo tempo em que as formas de contratação ficaram mais flexíveis, os direitos trabalhistas também foram debilitados.

Em relação ao mercado de trabalho, pode-se apontar, conforme as análises atuais, duas tendências contraditórias: uma vertente releva a precariedade e a desproteção que marca o sistema de trabalho contemporâneo; a outra indica a valorização do trabalho qualificado e o resgate do saber trabalhador. Além disso, uma acirrada competição pelos postos de trabalho, cada vez mais difíceis, produz um individualismo crescente, onde o poder dos trabalhadores se vê progressivamente mais abalado (LOPES, 2009, p.96).

O Estado, por sua vez, assumiu o papel de colaborar com ações da nova lógica, ou seja, em favor das condições do mercado, com as ações do capital.

“A gradual retirada de apoio ao Estado do bem-estar social e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, que começaram como necessidade econômica na crise de 1973-1975, foram simplesmente transformado pelos neoconservadores numa virtude governamental” (HARVEY, 1989, p. 158).

Ao debruçar-se sobre o que Harvey (1989) apresentou no livro “*Condição pós-moderna*” quando comparou as ações do Estado na transição do fordismo para o modelo de acumulação flexível, chamando atenção para alguns pontos, tais: na produção fordista existia um Estado regulamentado, a negociação coletiva, a socialização do bem estar social, o “subsidiador”, as políticas regionais nacionais. Já no outro modelo, havia a desregulamentação/re-regulamentação, a flexibilidade, a divisão/individualização, as negociações locais ou por empresa, a privatização das necessidades coletivas e da seguridade social, um Estado empreendedor, sem assumir o dever de defender os direitos da classe trabalhadora, tornou-se facilitador das ações dos novos meios de produção, isto é, do sistema econômico capitalista.

Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é formado, ao mesmo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de cambio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas (HARVEY, 1989, p. 160.)

Nesse contexto, o capitalismo invadiu e dominou as esferas mais internas e íntimas do ser humano. O controle sobre o trabalho e sobre o trabalhador fizeram parte da constituição do capital por meio do processo de trabalho, para isto, fez-se necessário a redução da “liberdade”, a privação de entendimento e a imersão total na produção da mercadoria.

O conceito de alienação é fundamental para a compreensão da lógica e do funcionamento da sociedade capitalista, que incide sobre o trabalho e as relações constituídas a partir dele. De fato, é preciso associá-lo a alguns dos elementos que neste trabalho foram analisados à luz do marxismo.

Ao pensar a alienação através de estudos e pensamentos marxistas, Mészáros (2006) identificou que Marx abordou o conceito de alienação em quatro partes. Em primeiro, o homem estava alienado da natureza como mundo sensível. Na segunda, a alienação era relacionada ao trabalho, por não compreender a totalidade dessa dinâmica, gerava-se um estranhamento com o produto do próprio trabalho e sua relação com o mundo sensível exterior. Essa característica foi chamada de “estranhamento da coisa”.

Ainda na segunda parte, o homem estava alienado de si mesmo, sua própria natureza. Foi descrita por meio da questão do trabalho vista no interior do processo de produção, em que o trabalhador com sua própria atividade de trabalho que por si só não lhe oferece satisfação, mas, sim, o ato de vendê-la ao outro. Para Mészáros (2006), o prazer do trabalhador ocorre por causa dessa propriedade abstrata: a possibilidade de comercializar o seu produto. Em Marx, isso é chamado de “auto-estranhamento”.

Em continuidade, a terceira característica foi constituída pela união da primeira e da segunda, o interessante é pensar que todos esses elementos, mesmo que aqui colocados separadamente, estão em constante conexão, fazendo parte de toda a organização da sociedade do trabalho. Segundo Mészáros (2006), foi apresentado o objeto de trabalho como responsável pela objetificação da vida da espécie humana, quer dizer, a alienação da “condição humana” no curso de seu rebaixamento por meio de processos capitalistas. Enquanto a quarta parte,

compreendeu o estranhamento do homem em relação a outros homens, resultado do produto do trabalho em contato com outrem, assim como o trabalho e objeto de trabalho.

O trabalho alienado, porém, faz “do ser genérico do homem, tanto da natureza quando da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essencial espiritual, a sua essência humana” (MÉSZÁROS, 2006, p.20).

Em definição, o conceito de alienação de Marx compreendeu as manifestações do “estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo”, de um lado, e as expressões desse processo na relação do homem-humanidade e homem e homem, de outro homem. (MÉSZÁROS, 2006, p.21).

2.1 Alienação como vendabilidade universal

Mészáros (2006), a partir dos escritos de Marx, apresentou o conceito de alienação como vendabilidade universal, isto é, a tentativa de transformar tudo em objeto de venda, em mercadoria; esta é a base da sociedade do trabalho.

A princípio, essa tendência progrediu com base na religião e nada pôde impedir que essa ideia se proliferasse. Mészáros (2006) pontuou que, por ser considerada sagrado, em sua “inalienabilidade” sancionada por um suposto mandamento divino, nada poderia revertê-la. Ao citar a obra de Balzac, “*O Melmoth*”, trouxe uma reflexão ironizada sobre a sociedade secularizada, na qual até o Espírito Santo tem uma cotação na bolsa de valores.

O duplo posicionamento a respeito da liberdade, do ser livre e contra a transformação de coisas em objetos, entrou em um embate com o modelo de sociedade capitalista que estava em ascensão, portanto, ser contrário à conversão de toda criatura em propriedade teria que ser apenas simples idealizações (MÉSZÁROS, 2006, p.37). Na época de ascensão triunfal do capitalismo, as concepções ideológicas prevaletentes tinham de ser aquelas que assumiam uma atitude afirmativa perante as tendências objetivas desse desenvolvimento.

A mudança que envolvia a alienação era bem profunda, duas condições codependentes estavam em progresso: a vendabilidade universal dependia de uma reificação, ou seja, de uma transformação de todas as facetas da vida humana em objetos³.

³A partir do pensamento de Góes, Mészáros disse que a ordem social da “sociedade civil” só poderia se sustentar com base na conversão das várias áreas da experiência humana em “mercadorias

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados”, que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta[...]” (MÉSZÁROS, 2006, p.39).

Sabe-se que a compreensão da “alienação como vendabilidade universal” é necessária para entender o funcionamento da sociedade capitalista, em que a mercadoria, o trabalho, o homem, a economia, a política e outros, são estruturas valiosas. Analisar a alienação na sociedade do trabalho requer o conhecimento do elemento chave do capitalismo em comunhão com algumas áreas, inclusive no processo de trabalho, em que é possível observar a alienação em movimento com outros elementos e que todos funcionam como um mecanismo de manutenção do capitalismo. Logo, a “vendabilidade universal” se desdobra a favor do sistema capitalista.

A constituição do ser social é a mesma de um ser pensante. Na sociedade do trabalho foi o ser não pensante que proporcionou a reprodução do capitalismo, pois para a conclusão do processo de alienação do trabalho, das relações sociais e para além do processo de produção, foi preciso que o homem não refletisse sobre a ordem na qual estava inserido. Para não questioná-lo, o trabalhador é alienado do decurso da produção para o desenvolvimento das exigências colocadas pelo capitalismo. Com o surgimento da indústria, outras formas de barbaridades decorreram, pelas quais o homem foi submetido à exploração dentro do modo de produção capitalista.

Durante a revolução industrial, a concepção de trabalho e a forma de execução deste se transformaram, fazendo com que as relações de trabalho também se alterassem, com a inserção das categorias: indústria, máquina, operário, produção de riquezas. A alienação pensada na era industrial teve seus ideais fundamentados no fetichismo da mercadoria, que passou a dominar toda a estrutura do capital.

“De fato, o ‘fetichismo da mercadoria’ – um aspecto da sociedade capitalista examinado por Marx na quarta seção do primeiro capítulo de *O capital* – pode ser

vendáveis”, e só poderia seguir, relativamente imperturbável, o seu curso de desenvolvimento enquanto essa mercantilização universal de todas as facetas da vida humana, inclusive as mais privadas, não alcançasse seu ponto de saturação (MÉSZÁROS, 2006, p. 39).

perfeitamente entendido como um dos muitos casos particulares da alienação” (BARROS, 2011, p.239).

Assim, a alienação ocorre a partir do trabalho em seu processo de produção de mercadoria e riquezas para além da atividade vital; no capitalismo, o trabalho alienado separa o produtor do seu produto final, tornando o processo de produção fragmentado. Esse sistema faz com que muitas vezes o trabalhador não desfrute do seu produto final. Por essa razão, Barros (2011) apresentou que a alienação por Marx era acompanhada pelo duplo sentido: o de “estranhamento” e o de perda da consciência. Logo, entende-se que a ideia de estranhamento do trabalho nos meios de produção de mercadoria era proposital, pois, pela “perda” da consciência seria possível a super exploração do trabalho, a mais-valia⁴ e outras atrocidades⁵.

Atividade produtiva desumaniza do processo de produção, não se reconhece no trabalho produzido não se reconhece como ser universal. Mercadoria são as riquezas é que com sua produção se torna a forma mais violenta do capitalismo valorizar o valor, extrair a mais valia da classe trabalhadora, e criar o lucro e o excedente que produz o enriquecimento da burguesia classe dominante (ANTUNES, 2021, p.20).

2.2 Dominação pelo valor

Segundo Marx (1998), pela primeira vez, a alienação era vista enquanto processo da vida econômica. Conforme os mecanismos do sistema capitalista foram evidenciados, entende-se a profundidade que essa sociedade tem no domínio das classes, dos meios de produção e do sujeito, para além de trabalhador útil na produção de mercadoria, ele também é uma. Esse controle favoreceu o ciclo capitalista e tornou o operário cada vez mais envolvido na teia da alienação do trabalho, adentrando nas questões subjetivas do ser humano e suas relações (MARX, 1998). Diante disso, o capital dominava cada vez mais os produtores à medida que crescia, por meio da incessante alienação de novos produtos do trabalho.

“Pela primeira vez, a alienação era vista enquanto processo da vida econômica. O processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos

⁴“O mais-valor, ou mais-valia, resulta, pois, da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma” (MARX, 1986, p.62).

⁵“Em termos muito gerais, podemos dizer que, tendo o capitalista comprado essa força por seu valor, vale dizer, pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessária para sua produção e reprodução, cria as condições do excedente, ao deixar que o trabalho morto (o valor da força da mercadoria força de trabalho) se transforme em trabalho vivo. A atividade do trabalhador se faz sob o comando do capital segundo suas leis, e o produto lhe pertence de jure” (MARX, 1986, p.62).

alienados e convertidos em capital” (MARX, 1998, p.18). Torna-se inegável que Marx apresentou a mercadoria como fundamental no processo de produção, é o pilar da sociedade capitalista e em sua característica apresenta uma dualidade.

No livro *O capital*, Marx, de forma irônica, escreveu que, caso as categorias ganhassem vida e conversassem entre si e a necessidade delas fosse de extrema importância, ultrapassando até mesmo as próprias necessidades básicas do ser humano, as mercadorias e as relações sociais por trás delas seriam ocultadas. Ou seja, não possuiriam relevância com a condição das quais foram feitas (relação social do trabalho).

A mercadoria assumiu duas condições: a primeira foi acoplada a sua natureza, enquanto a outra se constituiu a partir do movimento do capitalismo como forma de sociedade⁶, e nela a mercadoria tem seus dois elementos, o valor de uso e o valor de troca.

A mercadoria como valor de uso⁷:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [*Warenkörper*], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens (MARX, 1867, p.97).

Mercadoria como valor de troca:

O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na quais valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*) (MARX, 1998, p.97).

Em Marx (1998), foi apresentada a existência de um ponto em comum entre as mercadorias: ambas são produtos do trabalho. Assim, o valor de um objeto deve conter a quantidade de trabalho nele “cristalizado”, ou seja, o tempo socialmente necessário gasto pelo trabalhador para a realização da tarefa. Entretanto, o autor também disse que o trabalho apresenta um duplo caráter, o trabalho abstrato e o trabalho concreto.

⁶“Todavia, nem o escravismo, nem o feudalismo podem ser considerados *modos de produção de mercadoria*; rigorosamente, apenas o modo de produção capitalista caracteriza-se como um modo de produção de mercadorias” (NETTO J; BRAZ M, 2007, p. 81).

⁷“O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca” (MARX, 1998, p.97).

“O valor de uso foi criado pelo trabalho ‘concreto’ ou ‘útil’, definido por Marx como ‘determinada atividade produtiva adequada a certo fim’; já o valor de troca deriva do trabalho ‘abstrato’ ou ‘indiferenciado’, medido puramente em termos de duração – e há entre os dois uma tensão inerente” (WHEEN, 2007, p.48).

As células fundamentais do capitalismo são a produção excedente, a exploração do trabalho, a mais-valia, a circulação das mercadorias. Como disse Marx, “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 1998).

O conceito do fetichismo da mercadoria caracterizou-se como um objeto que se atribui valor/poder sobrenatural, ou seja, um objeto popular que as pessoas sentem “necessidade” em consumir, para além das necessidades básicas. A produção dessas mercadorias ultrapassou o necessário para a vida humana, ficando a interesse do capital.

Para Jappe (2006), a sociedade mercantil foi pioneira em pensar o fetichismo como uma forma de domínio do inconsciente social capaz de transformar as relações sociais. O seu caráter estava em constante harmonia com a mercadoria, o valor e o dinheiro, inclusive com os homens que não possuem a consciência desse ciclo, sendo meros reprodutores. Tendo em vista que, para o “perfeito” funcionamento da sociedade mercantil, os indivíduos foram controlados pelo processo de produção e não o contrário, o fetichismo residiu numa concepção de que a atividade social tomou uma aparência de objeto. Esse surgiu entre a relação de duas mercadorias, segundo Marx, todos os aspectos essenciais já foram contidos na forma simples de valor.

O fetichismo não é apenas uma representação invertida da realidade, mas uma inversão da própria realidade. E neste sentido a teoria do fetichismo é o centro de toda a crítica que Marx dirige aos fundamentos do capitalismo. Muito para lá do uso explícito da palavra fetichismo, o conceito de fetichismo como inversão atravessa toda a crítica da economia de Marx e encontra os seus antecedentes das obras filosóficas de juventude (JAPPE, 2006, p.33).

A partir da prática de uma relação invertida, o fetichismo no capitalismo não foi constituído de um aspecto secundário, da atividade individualizada, sem controle e sem consciência, se apresentando enquanto uma categoria que não pode ser analisada fora da perspectiva de não-consciência do ser humano. Entretanto, isso não ocorre de maneira solta, as engrenagens do capitalismo, como o fetichismo da mercadoria, funcionam de forma “naturalizada”.

Para mais, a escritora Roswitha Scholz analisou a correlação entre capitalismo e patriarcado, no texto intitulado “*O valor é o homem*”. Nesse artigo, a autora rejeitava a tentativa que fazem alguns grupos feministas de - ao tentar introduzir a problemática dos sexos como relação social constitutiva na crítica marxista ao patriarcado - conferir ao trabalho doméstico o mesmo estatuto do trabalho assalariado, o que levaria a uma reificação ainda maior das relações sociais no plano teórico. E propôs a tese de que a contradição básica da socialização através da forma-valor fosse determinada com especificação sexual. Tratava-se, portanto, de compreender o trabalho abstrato e o valor como *princípio masculino*, caso contrário, se recairia numa hierarquia conceitual, em que a distribuição dos papéis sexuais é remetida a uma correlação secundária (SCHOLZ, 1992).

O núcleo de minha tese é o seguinte: a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade, etc.) (SCHOLZ, 1992, p. 4).

A condição da mulher frente às estruturas do forte patriarcado, o que a autora apontou como uma dominação masculina, não significava que as mulheres se encontravam absolutamente despojadas de seu poder de influência. Contudo, foram restringidas em boa parte à esfera doméstica, e durante alguns anos, diante das estruturas patriarcais da sociedade, tiveram dificuldades de se posicionar acerca de seu papel e de sua própria defesa.

A constituição do valor, sexualmente específica, produz em última instância a repartição conhecida dos papéis entre os sexos; o "feminino" assim adjudicado torna-se a condição de possibilidade do princípio masculino do "trabalho" abstrato. A assimetria dessa relação, na qual o elemento sensível é marcado como feminino e por isso mesmo posto de lado e avaliado como inferior, justifica a fórmula algo sensacionalista com que caracterizamos o patriarcado sem sujeito: "o valor é o homem" (SCHOLZ, 1992, p. 4).

Dentro da estrutura patriarcal, ao homem (masculino) foi permitido o acesso à vida privada e a associação do valor, não só por causa da justificativa biológica, mas também pelo depositário histórico da objetivação valorativa (SCHOLZ, 1992) A análise de Scholz é muito mais profunda do que o que foi apresentada no presente trabalho, mas o questionamento levantado por ela tornou-se indispensável para o entendimento do homem reduzido à mercadoria dentro da sociedade capitalista. Além disso, fez pensar sobre o feminino e suas limitações nesta estrutura social, pois se sabe dos enfrentamentos que há muito tempo persistem e resistem.

Retornando ao pensamento de Marx, de forma geral, o fetichismo da mercadoria representou a dominação da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor, uma vez que o homem foi reduzido à mera mercadoria dentro desse ciclo de dominação do capital e da mercadoria. Esta, por sua vez, foi medida pela força de trabalho, a quantidade de tempo trabalhado. O autor também lastimou os homens serem subjugados como se fossem latas de feijões, mas apontou que é justamente esse o pensamento de quem detém os meios de produção (MARX, 1998).

Portanto, o domínio que os meios possuem sobre o homem ultrapassou as barreiras do processo de produção, o ser humano não é uma coisa isolada, ao menos, não é de sua natureza humana, a dominação em forma de fetiche transformou a natureza humana e atingiu a concepção interior do ser humano, estabelecendo-o como sujeito alienado dentro do mecanismo capitalista de seu poder sobre a sociedade.

Embora existam muitos trabalhos que analisaram o conceito de fetichismo da mercadoria, em geral, não pensaram em quais condições ele pode ser tratado e aceito como um fenômeno social. O fetichismo não é uma determinação indutiva, nem uma hipótese a ser verificada empiricamente. Percebe-se que a mercadoria opera no mercado como se fosse dotada de energia própria, a análise científica de Ricardo mostra que ela é medida pelo tempo de trabalho morto, abstrato, socialmente necessário à sua produção (MARX, 1987, p.58).

Através do trabalhador que não se reconheceu no produto do seu trabalho, pois estava alheio à mercadoria produzida, por fazer parte do processo fundamentado e não por completo, foi possível entender também a inversão de sujeito x objeto. Passou-se a integrar valor ao objeto e não ao sujeito trabalhador e seu trabalho. Logo, sujeito x objeto = coisificação: as relações sociais passaram a se inverter e serem coisificadas, o objeto se tornou sujeito da relação, numa estrutura alienante.

Em sua constituição, as mercadorias envolveram o trabalho realizado, ou melhor, executado por meio do maior valor do capital, o homem era quem dispunha de sua força de trabalho dentro das circulações e produções industriais. A mercadoria, em seu conjunto com as relações sociais, ganhou, no contexto do capitalismo, um lugar, uma categoria “mística”. Segundo Marx, quando apresentado

o caráter místico dessa mercadoria sem ter relação com o valor de uso, o trabalho assumiu uma forma social.

Fora os desdobramentos que surgiram após a consolidação da mercadoria como um elemento importante dentro do capital e como produto do trabalho executado de forma alienada dentro da ordem fetichista da sociedade. Em seus escritos, Marx revelou o caráter misterioso da mercadoria:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais (MARX, 1867, p. 122).

Entende-se, portanto, que as relações determinadas pelos homens são apenas uma relação fantasmagórica de uma relação entre coisas, é o que Marx chamou de fetichismo da mercadoria.

2.3 O capitalismo como forma de alterar a vida humana

“As qualidades do bom trabalho não são as mesmas do bom caráter.”

(Richard Sennett)

Em desacordo com as relações sociais, as consequências do capitalismo seguiram um rumo ao profundo das relações pessoais que infundiram também sobre a saúde física e mental, o bem-estar. Tratava-se, portanto, da tentativa de construção do indivíduo em deixar tudo em harmonia, isso requer que, por exemplo, o tempo seja melhor administrado ou melhor otimizado. A ideia sustentada por Richard Sennett, esclareceu que o capitalismo, sua ideia de flexibilidade e outras narrativas de otimização do tempo se infiltraram na vida do homem, ao ponto de fazê-lo se amargar com suas decisões, muitas vezes opostas ao seu valor moral e ao seu próprio caráter. “As condições de tempo no novo capitalismo criaram um conflito entre caráter e experiência, a experiência do tempo desconjuntado ameaçando a capacidade das pessoas transformar seus caracteres em narrativas sustentadas”(SENNETT, 2009, p. 32).

Ao aprofundar-se na problemática das consequências do capitalismo, Richard Sennett em seu livro “A corrosão do caráter: consequências pessoais no trabalho no novo capitalismo”, apresentou o quão enraizados são os mecanismos que alteram e colaboram para as mudanças do caráter pessoal, este que é

acompanhado de valores morais e relações sociais. Diante das decisões que o mundo do trabalho estabelece, o indivíduo corrompe seus ideais, valores e a si mesmo, encontrando-se em cenários em que não se vê como senhor da própria vida, perante a dinâmica de incertezas e flexibilidades impostas pela sociedade.

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego (SENNETT, 2009, p. 27).

Para Sennett, foi importante compreender a flexibilidade do tempo, dos meios e do homem produzida pelo sistema econômico vigente. Em verdade, o elemento “tempo” e tudo o que gira ao entorno dessa narrativa dentro de uma sociedade capitalista foi atrelado ao controle, à rotina e à repetição. Ou seja, à robotização em prol do trabalho, em função de ser produtivo. O ponto assertivo de toda essa reflexão é o questionamento de como o ser humano será capaz de avançar socialmente frente ao sistema que fragmenta e proporciona formas de adoecimento de si e das relações.

As mudanças da modernidade e a introdução das tecnologias ditarão rumos do “progresso” industrial, as tarefas repetidas que antes eram realizadas manualmente com o auxílio de maquinários nas fábricas – ainda com os resquícios dos primeiros modelos industriais se tornaram obsoletas diante da necessidade de ajustar o tempo rotineiro. Assim, criou-se um plano oposto ao mecanismo de repetição.

Em dado momento, a rotina tornou-se autodestrutiva, uma vez que os seres humanos perderam o controle sobre seus próprios esforços; a falta de controle sobre o tempo de trabalho significava a morte espiritual (SENNETT, 2009, p. 41). A concepção de ajustar o tempo às novas demandas se concretizava através da flexibilização, entretanto, para os trabalhadores, isso não era um sinônimo de qualidade de trabalho ou sequer de vida.

A partir disso, entende-se que a flexibilidade continuou sendo uma forma de “rotina degradante”, embora modificada, o advento do uso das novas tecnologias mascarou a evidência de uma rotina burocrática, alterando os meios e as propostas, mas sem nenhuma alteração efetiva na vida do trabalhador. Contudo, Sennett comprovou a afirmativa de que ainda há rotina na flexibilidade, pontuando que: “O

uso do computador no trabalho [...] envolve do mesmo modo, na maior parte, tarefas bastante rotineiras, como a entrada de dados” (SENNETT, 2009, p. 50).

Em nossa época, porém, a nova economia política trai esse desejo pessoal de liberdade. A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam (SENNETT, 2009, p.54).

Para Sennett, o atual sistema continha três eixos que se escondiam nas formas ditas modernas, tais: a reinvenção descontínua de instituição que, em resumo, consistia no rompimento perante dos elementos que alteraram irreversivelmente os meios de vida, atacando a rotina burocrática para que o presente se desatasse do passado. Em segundo, a especialização flexível, que tinha como objetivo a dinamização do tempo, tentava “pôr cada vez mais rápido, produtos mais variados no mercado” (SENNETT, 2009, p. 64). O resultado disso foi a capacidade de alcançar as demandas de consumo com mais rapidez, e o uso das tecnologias favoreceram este quesito. O terceiro eixo ocorreu através da concentração sem centralização, o poder descentralizado, sem a presença de uma hierarquia, em que transmitiriam a operação de comando “em equipe”, em contrapartida “nas modernas organizações que praticam a concentração sem centralização, a dominação do alto é ao mesmo tempo forte e informe” (SENNETT, 2009, p.65).

“Uma maneira de compreender como os três elementos do regime flexível se juntam está na organização do tempo no local de trabalho. As organizações flexíveis hoje estão fazendo experiências com vários horários do chamado “flexitempo” (SENNETT, 2009, p.65).

O flexitempo, umas das mudanças consideradas libertadoras, foi o termo usado para horários de trabalhos flexíveis que não são fixos, porém individualizados, diferente de qualquer modo antigo de organização. Com a chegada das dinâmicas dos horários de trabalhos não rotineiros, novas oportunidades de trabalho foram criadas para as mulheres, gerando o alcance de um número considerável quanto a força de trabalho feminina, motivada pelo desejo e pela necessidade.

Em 1960, cerca de 30 por cento das americanas estavam na força de trabalho assalariada, e 70 por cento não; em 1990, quase 60 por cento estavam na força de trabalho assalariada, e só 40 por cento não. Nas economias desenvolvidas do mundo em 1990, quase 50 por cento da força de trabalho profissional liberal e técnica já eram de mulheres, a maioria empregada em tempo integral (SENNETT,2009, p.66).

Outra forma mascarada de liberdade e desigualdade é a que Sennett chamou de o mais flexível dos flexitempos: o trabalho em casa. O medo de que os trabalhadores tivessem uma liberdade desregrada ocasionou a criação de outros meios para controlá-los, desse modo, os ausentes são supervisionados, assim como os presentes. Os trabalhadores trocaram uma forma de submissão ao poder – cara a cara – por outra, a eletrônica.

Na revolta contra a rotina, a aparência de nova liberdade é enganosa. O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder (SENNETT, 2009, p.69).

Aliás, a respeito dos slogans e das propostas distribuídas pelo capitalismo, Sennett disse: “É que as mudanças materiais englobadas no lema de ‘Não há longo prazo’ se tornaram disfuncionais também para ele, mas como diretivas para o caráter pessoal, sobretudo em relação à sua vida familiar” (SENNETT, 2009, p.24). Sendo assim, a construção de relações mais profundas (de lealdade e confiança) que são comprovadas a longo prazo, não estão em consonância com o slogan pregado.

Considera-se que o trabalho dita o caráter de alguém, quanto mais se exerce uma função “honesta”, melhor a pessoa deve ser. Essa premissa destrói a singularidade do indivíduo, além de ser totalmente infundada. No entanto, em um sistema baseado na corrupção e na destruição, o indivíduo e o seu bem-estar não possuem espaço. “O caráter dos trabalhadores expressava-se, no trabalho, no agir com honra, trabalhando cooperativa e honestamente com outros padeiros, porque pertenciam à mesma comunidade” (SENNETT, 2009, p.78).

Diante da troca de um trabalho coletivo e manual para o uso de um novo maquinário, Sennett explicou que as relações entre trabalhadores se tornaram superficiais. No exemplo dado, a padaria deixou de utilizar artifícios manuais durante todas as fases da produção do pão para inserir a flexibilização, resultando na falta de identidade no próprio trabalho, além dos laços sociais rompidos.

Os trabalhadores podem mexer na tela para corrigir um pouco tais defeitos; o que não podem é consertar as máquinas, ou, o mais importante, fazer de fato o pão por controle manual quando elas, demasiadas vezes, pifam. Trabalhadores dependentes de programas, eles também não podem ter conhecimento prático. O trabalho não é mais legível para eles, no sentido de entender o que estão fazendo (SENNETT, 2009, p.80).

“[...] Não há necessariamente motivo para romantizar essa perda de artesanato humano” (SENNETT, 2009); as transformações tecnológicas trouxeram

consigo: a perda de espaço e das relações sociais, a desvalorização do trabalho e o adoecimento por não entender a si e toda sua complexidade como indivíduo inserido nessas novas formas de trabalho impostas pelo atual sistema econômico.

A flexibilidade equivale à juventude; rigidez, à idade. No mundo moderno baseado na flexibilidade, a idade do indivíduo representa o seu valor, este que é constituído pelo acúmulo de experiências a serem oferecidas ao mercado.

Um número recente da *Califórnia Management Review*, por exemplo, tentou explicar os aspectos positivos da juventude e os negativos da idade nas organizações flexíveis. Fez isso afirmando que os trabalhadores mais velhos têm esquemas mentais inflexíveis e são avessos ao risco, além de não terem a simples energia física necessária para enfrentar as exigências da vida no local de trabalho flexível (SENNETT, 2009, p.110).

Além disso, os trabalhadores mais velhos e experientes, tendem a julgar mais seus superiores do que os funcionários novos (SENNETT, 2009). Dentro de um sistema de controle, precisa-se ter domínio não só sobre o trabalho como pelo trabalhador. Se este apresenta algum tipo de rigidez em ser controlado, ou melhor, em ser flexível, deixa de ter valor.

O que um trabalhador mais velho aprendeu no correr dos anos sobre uma determinada empresa ou profissão pode atrapalhar novas mudanças ditadas pelos superiores. Do ponto de vista da instituição, a flexibilidade dos jovens os torna mais maleáveis tanto em termos de assumir riscos quanto de submissão imediata (SENNETT, 2009, p.111).

Por isso, a ideia de fracasso torna-se cruel, não conseguir alcançar a polivalência destrói, traz angústia e ansiedade. O fracasso é ligado ao caráter, que tem relação com o valor do indivíduo e se ele é uma boa pessoa; a partir da lógica vigente da flexibilidade, tempo e trabalho. Se esse complexo interconectado desmoronar o homem sentirá diretamente o impacto. Por exemplo, se ele não for versátil o suficiente para realizar tudo o que é exigido pela flexibilidade do trabalho produtivo, teoricamente já fracassou e, se isto ocorrer, o próprio caráter e valor entram em desequilíbrio, atingindo a si (a saúde e o bem-estar pessoal) e socialmente.

Na verdade, a ansiedade pessoal com o tempo está profundamente entrelaçada com o novo capitalismo. Um redator do *The New York Times* declarou recentemente que “a apreensão⁸ com o emprego se impôs em toda parte, diluindo a auto-estima, rachando famílias, fragmentando comunidades, alterando a química dos locais de trabalho” (SENNETT, 2009, p.114).

⁸Contudo, o autor escreveu com precisão quando usou a palavra "apreensão". Apreensão é uma ansiedade sobre o que pode acontecer; é criada num clima que enfatiza o risco constante, e aumenta quando as experiências passadas parecem não servir de guia para o presente (SENNETT, 2009, p.114).

O trabalho rotineiro, padronizado e não flexível contribuía para a degradação humana, seja ela no âmbito pessoal ou social, a partir dos meios que facilitavam a alienação e o controle. Do mesmo modo, os novos meios de flexibilização não romperam com o trabalho precarizado e o desgaste do indivíduo. Na teoria, as rotinas degradantes deveriam ter sido superadas, entretanto, a flexibilidade apenas se agregou ao que já existia de ruim, com um direcionamento baseado no pensamento moderno/tecnológico, embora ainda pertença a um sistema capitalista cujo propósito e artimanhas não se encaminham para a plenitude social.

Embora devamos admirar a força individual, o voltar-se para dentro de si próprios para as relações íntimas mostra os limites da coerência que alcançaram. Exige-se um senso maior de comunidade, e um senso mais pleno de caráter, do crescente número de pessoas que, no capitalismo moderno, estão condenadas a fracassar (SENNETT, 2009, p.162).

Portanto, com base no pensamento de Richard Sennett, é possível compreender melhor o capitalismo como um sistema modificador das estruturas do ser humano, alterando sua personalidade, caráter, valor e moralidade. O controle sob o homem impacta, primeiramente, ele mesmo e, posteriormente, sua relação com os outros, gerando um adoecimento generalizado socialmente.

No entendimento sobre o conceito exposto acima temos a extensão dessa problemática, partindo do ponto da dificuldade de sociabilidade para a valorização do "eu", da esfera do "privado". Resultando também de uma modificação social, que isola e que valoriza o privado e mascara as relações que ocorrem no âmbito público. No entanto, existe o início destas transformações que não se deu de forma natural, o curso das relações foi modificado conforme inserção e surgimento do capitalismo na sociedade.

As respostas são perseguidas numa acurada análise do impacto do capitalismo industrial na vida pública e das modificações efetuadas na personagem do morador urbano do século XIX, no desenvolvimento das cidades, na vida burguesa e, especialmente, nas mercadorias públicas. Sennett recupera criticamente a teoria marxista em destaque a questão do fetichismo das mercadorias afirmando que "Marx percebia que as mercadorias estavam se tornando 'uma aparência de coisas que expressa a personalidade do comprador'..." (p. 185) para explicar como a secularização ocasionou, a introdução da personalidade em público como uma forma de crença no significado imanente do mundo, onde até mesmo a essência da vida privada, isto é, a família, é dissecada.

Ao aprofundar-se nas mudanças do capitalismo, observamos que ao decorrer do tempo, identifica-se outras esferas no qual as relações se desenvolvem conforme ditadas pelas mudanças do capitalismo, são experiências que tornam o homem cada vez mais isolado, mas individual. O ser humano não se constituiu nessa perspectiva social individualista, as circunstâncias sociais, fizeram e fazem com que esse modo permaneça e perpetue, e de forma naturalizada. O que Sennett (1993) apresenta em sua crítica, é justamente sobre mais um impacto do capital, neste caso, espaço “público” e o “privado”, longe de ser algo naturalizado de uma sociedade e sim algo resultante de mudanças, propositais “são resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista”.

Denominada por Sennett, como a sociedade intimista, é resultado de mudanças que no qual isola o indivíduo, além das formas degradantes de trabalho, a constituição dos espaços sociais coletivos, vão caminhando para algo restrito, e com hipervalorização do espaço privado.

O resultado disso é uma sociedade retraída, que mais tarde intitulada como uma sociedade “intimista”, que foi uma retração dos espaços públicos, da convivência, da transparência, da comunidade.

Os espaços públicos foram definidos por espaços em que há uma vida fora do cotidiano da família, não só fora do cotidiano familiar, foram espaços externos, melhor dizendo espaços expostos ao convívio social. A expressão espaços “públicos” teve a origem de seu significado modificada conforme contexto histórico, porém mantendo a essência de ser algo a ser externo, visto, sendo o contrário do espaço privado.

“Dessa maneira, “público” veio a significar uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente. E o centro dessa vida pública era a capital.” (SENNETT, 1993, p. 18).

Os espaços públicos se definiam por espaços de convívio comunitário. À medida que as cidades cresciam e desenvolviam-se redes de sociabilidade independentes do controle real direto, aumentaram os locais onde estranhos podiam regularmente se encontrar. (SENNETT, 1993, p. 18). Deu-se início a construção dos grandes parques, espaços como cafés, teatros, espaços externos que de alguma forma se instituíam como forma de lazer.

O interessante é pensarmos o que Richard Sennett traz como ponto importante e central do seu questionamento, o desaparecimento dos espaços públicos e do homem enquanto participante e figura central deste espaço? É importante pensarmos brevemente sobre a trajetória desde espaços, causas e consequências que levou o esvaziamento destes espaços.

Falar do legado da crise da vida pública no século XIX é falar de grandes forças como o capitalismo e o secularismo, de um lado, e destas quatro condições psicológicas, do outro: desvendamento involuntário da personalidade, superposição do imaginário público e privado, defesa através do retraimento e silêncio. (SENNETT, 1993, p. 25).

A hipervalorização da intimidade, do ambiente privado, capitalismo industrial, aumento do poder de compra, fetichismo da mercadoria onde certa classe (a burguesia) obtém o poder de compra e preferiam um poder de compra individual e não por classe, caráter um novo comportamento, vestimenta socialização, postura tudo dentro de uma padronização, estar dentro de um sistema padronizado.

A crença na aproximação entre as pessoas como um bem moral é, em verdade, o produto de um profundo deslocamento que o capitalismo e a credibilidade secular produziram no século passado. Por causa desse deslocamento, as pessoas procuraram encontrar significações pessoais em situações impessoais, em objetos e nas próprias condições objetivas da sociedade. (SENNETT, 1993, p. 125).

O pensamento colocado, justifica o que esta sendo apresentado e reafirmado a cada barbárie de um sistema que foi capaz de se estabelecer no mais íntimo, nas relações na construção de personalidade, no comportamento individual, social e no caráter, tornando toda essa experiência de se viver em uma sociedade padronizada, isolada que favorece uma experiência adoecedora, individualista, cruel e incivilizada.

A extensão das relações sociais no contexto do capitalismo pode ser compreendida por fatores que nos envolvem nos tornando indivíduos participantes desta metamorfose social, dominados por uma ordem, por novos incentivos midiáticos cresceu a busca de novos prazeres, com isso o início de um consumismo desenfreado, justificado como forma absoluta de prazer e felicidade. No que estamos depositando nossa felicidade, que direcionamento estamos construindo com consumo em massa, quais os efeitos que vão surgir desse consumismo, e valorização do hiperconsumo, tudo isso são questionamentos e pensamentos de Gilles Lipovetsky (2007), que a nos ajudam a pensar e entender a dinâmica do capitalismo nas relações íntimas do individualizadas, estendendo isso em sociedade.

O consumo de massa não se ergueu sobre um solo virgem. Foi contra todo um conjunto de usos, de costumes e de mentalidades pré-modernas que se impôs e depois se difundiu. Gilles Lipovetsky (2007), foi preciso se desprender de hábitos e costumes antigos para que fosse de fato efetivado a nova cultura de consumir sem muitos critérios e desenfreadamente, na expectativa de construir uma felicidade.

O afastamento de certos costumes religiosos assim como a inserção de mudanças aconteceram em espaços em que as vertentes propagadas eram o contrário do que é pregado hoje, como centros religiosos e igrejas que muitas das vezes se comportam como grandes centros de comerciais. Métodos religiosos de vendas, que atraem fieis, a mercantilização da fé e dos costumes esta consolidada em uma nova cultura. A diferença do passado, a igreja não alega mais a noção de pecado mortal não exalta mais nem o sacrifício, a renuncia. Gilles Lipovetsky (2007).

Quando uma concepção intramundana e subjetiva da salvação domina, cresce paralelamente a mercantilização das atividades religiosas e parareligiosas, tendo os indivíduos necessidade de encontrar “no exterior” meios para consolidar seu universo de sentido, que a religião institucional já não consegue construir (LIPOVESTSKY, 2007, p. 31).

Assim, como apresenta Gilles Lipovetsky (2007) Não se trata, é evidente, de reabsorção do religioso no consumo: simplesmente, assistimos, à extensão da fórmula do supermercado até os dos princípios do hiperconsumo no próprio interior da alma religiosa.

Promover a mercantilização das necessidades em virtude de uma suposta felicidade, bem estar social essa nova cultura coloca o sujeito como protagonista desta sociedade, o consumo exagerado e propagado a todo tempo no meio midiático, sociais e como ao pequeno exemplo acima nos lugares mais íntimos, como igrejas, templos, casamentos, instituições políticas e em outras instituições aqui não exemplificadas. O desenvolvimento de novos sistemas, algoritmos, que captam mesmo que seja inicial um desejo de adquirir certos bem, são um dos responsáveis de alimentar a nova cultura de hiperconsumo posto como necessário. Desafiador pensar na extensão dos impactos que ocorrem, que vão além de além do impacto social e ambiental.

Um incômodo social surge diante da massificação da sociedade do consumo colocada por Gilles Lipovetsky (2007) como a fase II do consumo de massa, a ecologia radical foi um dos movimentos contra essa onda e que se posicionaram em oposição à cultura de consumo exagerado, ilusório, esbanjador. À medida que a

ordem mercantil invade os hábitos de vida, as desaprovações e insatisfações multiplicam-se, todo mundo se tornou mais ou menos crítico de um mundo que ninguém, no fundo, quer substancialmente diferente.

Edificou-se uma nova cultura que substituiu os sonhos da descontinuidade histórica pelo culto do desabrochamento subjetivo, da qualidade de vida, da saúde infinita. Isso significa o desaparecimento de toda oposição ao mundo da mercadoria, o triunfo de uma humanidade totalmente integrada, sem discordância (LIPOVETSKY, 2007, p. 143).

Erguemo-nos contra a colonização publicitária do espaço público; preocupamo-nos com as ondas nefastas de propagandas pelos telefones celulares e pelos fornos micro-ondas (...) acusamos a televisão de nos tornar imbecis e a publicidade, de nos transformar em carneiros de Panurgo, o ser humano reduzido a mera massa consumista (LIPOVETSKY, 2007).

À medida que o ato de consumir estende sua influência, as exigências de superação de si, as de ser estimado e de ter auto-estima pelo que se realiza não cessam de ser reafirmar. A existência humana não ficou integralmente a cargo da ordem mercantil e hedonista: não nos tornamos os consumidores de nossa própria vida (LIPOVETSKY, 2007, p. 143).

A busca por uma satisfação própria que gera impulso em consumir, na esperança “suprir” as frustrações e “decepções” é outro ponto de vista, no qual o autor questiona o papel que tal decepção ocupa na experiência do consumo. Compartilho do mesmo pensamento quando ele aborda que tal relação é mais superficial do que profunda. As expectativas nos bens têm uma intensidade ao ato e de consumir e em seguida, depois ocorre o esvaziamento das emoções, aquilo não é mais algo novo, o objeto não se torna mais estimulante diante dos olhos. É previsto que uma próxima coisa ou bem, logo ocupe o lugar da anterior. Assim, como diz Lipovetsky (2007), a defasagem entre a expectativa e realidade, mesmo que exista, raramente é produtora de decepção abissal.

Quando o descontentamento existe, e ele existe, não depende tanto da contradição entre conforto e prazer quanto da situação financeira do consumidor, da insuficiência do poder de compra, da obrigação de limitar despesas. A insatisfação maior resulta não de um excesso de conforto que sufoca o prazer, mas do hiperconsumo e das privações decorrentes. (LIPOVETSKY, 2007, p. 163).

Um compilado de desapontamentos com o todo e principalmente consigo mesmo, destaca o consumismo e evidenciam as insatisfações já existentes, o mundo cruel do consumo que eleva falsas felicidades, desencorajamento de si próprio, falsa necessidade de satisfação, aumento de conflitos familiares e de indisposição um com o outro, sensação de insuficiência evidenciam a capacidade de

um sistema de se infiltrar no mais íntimo da vida, das emoções, da existência do ser humano.

Os olhares negativos sobre si, os questionamentos do valor de sua existência presente, o sentimento de ter estragado sua vida constituem cada vez mais uma das tendências do individualismo reflexivo: ai reside o malogro da felicidade paradoxal. (LIPOVESTKY, 2007, p. 171).

No decorrer da construção deste trabalho, sempre que possível, os meios de comunicação virtual são citados como ferramentas extremamente importantes na ampliação dos processos de dominação do capitalismo, muito utilizado como forma de propagar a informação a outros, também se consolida como forma concreta e de suma importância no que se refere à magia do fetiche das mercadorias. Na sociedade do consumo, a publicidade torna-se central. É uma ferramenta indispensável. A história da publicidade liga-se estruturalmente ao desenvolvimento da sociedade industrial e do consumo de massa (LIPOVESTKY, 2007). Existe uma motivação em desenvolver a publicidade/marketing, o objetivo é captar o indivíduo, fazer com que o outro se deixe levar pelas atrações da propaganda, da publicidade e consuma aquele produto ou serviços sem ao menos precisar.

[...] A publicidade, como se sabe, ocupa um lugar na primeira fila. “bombardeando” os consumidores, criando necessidades supérfluas, impulsionando continuamente novos desejos de aquisição, identificando a felicidade aos bens mercantis, a publicidade é acusada não apenas de manipular-padronizar- cretinizar as pessoas, mas também de ser uma armadilha diabólica. (LIPOVESTKY, 2007, p. 172).

Todos os condicionantes em relação à publicidade no que se refere à aceleração do hiperconsumo geram impactos deploráveis na vida do ser humano, o que primeiro causa desejo posteriormente causa frustração, tristeza e decepção. Questões econômicas e de controle financeiro adentram no mundo daqueles que compram por influências mercantis. A junção do aumento de crédito e da “necessidade” de suprir desordens externas resultam em endividamentos. “orgias” de consumo, febres de compra, sentimento de “não viver sem comprar” desejos incontroláveis que provocam catástrofes financeiras, todos esses fenômenos são bem reais (LIPOVESTKY, 2007).

Mesmo diante de um cenário social nada confortável, ainda existe a visão daqueles em que a situação é de exclusão do consumo, aqui não estamos nem mesmo falando do consumo exagerado e sim daquele básico, nada além das necessidades do ser humano. Existe um ponto de atenção que divide duas atmosferas diferentes, uma pequena população que podem e usufrui do

hiperconsumo, seus luxos e todo seus envoltos e a outra parte que vive em prol de se manter minimante e em muitos casos nem minimamente, sem recursos.

Enquanto uns mergulham numa atmosfera de atividade consumidora desenfreada, outros experimentam a degradação de seu nível de vida, as privações incessantes nos itens mais essenciais do orçamento (LIPOVESTKY, 2007).

Uma parte dessa população são os jovens, que no meio desta explosão de publicidade/marketing tentam a todo custo se encaixar naquilo que seja novo, ter objeto que está em alta, em prol de uma falsa “felicidade” e satisfação aqui já retratada, acrescentam a ideia de exibir ao outro, poder. Conseguir adquirir um bem que está em alta socialmente, te coloca em um nível maior do que o outro conquista o “status” de reconhecimento social. Daí em diante, mesmo os menos privilegiados pretendem ter acesso aos signos emblemáticos da sociedade do hiperconsumo e manifestam aspirações e comportamentos individualistas, mesmo que seja na obediência à moda (LIPOVESTKY, 2007).

De um lado, as normas e os valores consumistas são maciçamente interiorizados pelos jovens dos grandes conjuntos habitacionais de subúrbio. Do outro, a vida precária e a pobreza impedem que se participe plenamente das atividades de consumo e lazeres mercantis. Dessa contradição resulta um surto de sentimentos de exclusão e de frustração, e ao mesmo tempo comportamentos de tipo delinquente (LIPOVESTKY, 2007, p.192).

As violências que se disseminam já não são apenas uma consequência mecânica das desestruturações liberais; e não podem ser entendidas como uma culpabilização individual, ou em contexto individualizado de uma classe, deve-se entender que são também um dos meios que os jovens dos bairros relegados mobilizam para afirmar-se, impor-se aos outros, compensa seus fracassos escolares, e gerir sua inferioridade social (LIPOVESTKY, 2007).

Portanto, para justificar tudo o que foi apresentado aqui, a luz de Gilles Lipovestky, reitera-se uma reflexão indispensável sobre o rumo de uma sociedade supostamente “feliz” em que se debruçam em um hiperconsumo, as magias da sociedade do consumo analiticamente, é uma sociedade doente, sem saúde onde danos do combo felicidade e consumo resultam no grande crescimento dos distúrbios psíquicos. Ora, uma sociedade dita feliz não deveria apresentar dados tais como altos níveis de suicídio e ansiedades, como no contexto brasileiro em 2022, em que esse nível está cada vez mais alto entre os jovens, justamente a faixa etária que mais acessa as mídias e lidam diretamente com redes sociais.

Segundo uma pesquisa epidemiológica cujos resultados foram publicados em 2004, 11% dos franceses passaram recentemente por um episódio depressivo, 12% declararam ter sofrido ansiedade generalizada ao longo dos seis últimos meses, 7,8% dizem já ter feito uma tentativa de suicídio em sua vida(...) e mais 11% da população adulta fazem uso regular de um medicamento psicotrópico (LIPOVESTKY, 2007).

Enfim, é preciso que o ser humano seja o próprio ator da sua vida, ter e consumir suas próprias vontades e necessidades, realmente viver uma felicidade verdadeira sem depositar seus anseios e frustrações em bens e mercadorias.

2.4 A sociedade sem sujeito produtora de mercadorias

“[...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”

(Michael Foucault)

Com o passar do tempo, a sociedade se constituiu de forma complexa, a exclusão, a privação e o encarceramento são partes desta organização. Historicamente, existiram diversas categorias que abarcaram os “excluídos”, a fim de caracterizar e designar, de modo vago, o estatuto conferido na sociedade, como delinquentes, doentes mentais, minorias étnicas, religiosas e sexuais, aqueles que eram considerados anormais ou desviantes.

A sociedade disciplinar buscava uma incessante moralidade e a ideia de uma organização falida, entre seres humanos diferentes e complexos, vivendo em realidades diferentes e complexas. Entretanto, todos que se opuseram ao sistema social, que em tese foi pensado para ser organizado e perfeito, foram contidos e excluídos com base nos mecanismos de punição e controle social, como o isolamento, a privação, o encarceramento, entre outros.

Na tática de exclusão, o que significa confiscar bens? É certa maneira de suprimir ou se comprometer o direito de residência, de suspender assim os privilégios políticos, os direitos civis referentes a essas propriedades assim suprimidas. É certa maneira de apagar a cidadania do infrator. É obrigá-lo a ir buscar alhures um lugar ao sol (FOUCAULT, 2009, p. 9).

Como o criminoso se tornou um inimigo social? A princípio, identifica-se as primeiras manifestações desse tema e depois qual foi o conjunto de processos políticos e econômicos que, em certo nível ocasionaram esse entendimento. No século XVIII, existiu uma idealização de “delinquente” interligada ao processo de produção, era considerado aquele que não colaborava de nenhuma maneira com o curso produtivo.

Ademais, as formas de punições severas não desapareceram e nem se redirecionaram, apenas se reorganizaram, o público perseguido ainda é constituído pelos menos favorecidos, as classes mais baixas. A sociedade impôs novas formas de reprimir, vigiar e “punir”, o controle era mais comum para evitar certas atitudes. Viver com a ideia de que se é constantemente vigiado e observado, fez com que os indivíduos “pensassem” antes de ter maus comportamentos, ou melhor, comportamentos não compatíveis com a sociedade.

Graças às técnicas de vigilância, a “física” do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, a violência. Poder que é em aparência ainda menos “corporal” por ser mais sabiamente “físico” (FOUCAULT, 2019, p.23).

Essas coerções também se expandiram e se fundamentaram em modelos institucionais, escolas, hospitais, presídios e, sobretudo, dentro das relações sociais. Os corpos foram disciplinados e colonizados, depois padronizados para seguir a cultura daquele que os colonizou.

A partir da colonização europeia, os países considerados “subalternos” foram condicionados a seguir o modelo cultural europeu, supremo e padrão, enquanto suas culturas eram anuladas e menosprezadas. Isso gerou um impacto profundo no que se refere ao apagamento de origens culturais, à minimização de formas de vivências, assim como ao processo de reconhecimento e pertencimento de determinada cultura.

Torna-se importante destacar a trajetória de vida e de luta de Frantz Fanon, citado neste trabalho, foi um filósofo francês e médico psiquiatra, pensador e estudioso negro, que dedicou seus estudos à reflexão do impacto da colonização sobre os aspectos culturais, sociais e psicológicos e os efeitos na vida dos indivíduos, em especial, da população negra e da população com transtornos psicológicos. Atualmente, é uma grande referência para o campo da saúde mental, do pós-colonialismo, do capitalismo, do racismo e da luta por uma sociedade descolonizada e humana.

Em 1954, com o começo da Revolução Argelina pela independência da França, Fanon passou a tratar de combatentes de ambos os lados do conflito. Dois anos depois, demitiu-se do hospital e expôs na “Carta ao Ministro Residente” sua ruptura com a política colonial francesa. A práxis revolucionária pela descolonização da periferia do capitalismo é um aspecto da filosofia do autor que ganhou muito

destaque, assim como o tratamento da questão racial não deslocada da luta de classe, entendendo todo seu processo como uma parte do processo de descolonização.

Ainda que as análises de Fanon tenham se concentrado na libertação do continente africano e de todos os povos colonizados, isso não quer dizer que seu pensamento possa ser reduzido a essa temática; sua relevância, assim como sua atualidade, ultrapassa as reflexões do contexto histórico de descolonização dos anos 1950. Sua luta se concentrava em uma ideia de liberdade do povo negro na África e no mundo. Neste trabalho, são feitas referências ao autor através dos seus escritos *“Alienação e liberdade”* e *“Os condenados da terra”*.

Fanon trouxe em seu livro (alienação e liberdade) uma micro visão do que ocorreu em grande escala nas sociedades, o surgimento de suas inquietações se deram no cenário de um hospital psiquiátrico, em que suas atividades de sociabilidade e cuidados com os pacientes psiquiátricos eram baseados instintivamente nos modelos europeus, sem levar em consideração suas origens, atividades culturais e liberdades. Diante de um choque cultural ocasionado por uma tentativa falha de sociabilidade entre duas culturas – a europeia e a muçulmana – que não dialogavam nos seus costumes e tradições, o autor apontou que haviam tentado adaptar uma sociedade muçulmana aos padrões de uma sociedade ocidental de marcada evolução tecnológica (FANON, 2020).

À medida que existe um lugar preestabelecido para as culturas não europeias consideradas inferiores, a libertação da subjetividade de ser colonizado e se desassociar desta condição alienante constituída através da colonização é a ideia militante de Fanon.

Conforme os avanços culturais e sociais, ocorreram duas consequências do colonialismo se tornaram extremamente evidentes: o racismo estrutural e a padronização do modelo de vida pautado nos modelos europeus, construindo-se como uma incidência sobre a subjetividade daqueles indivíduos que sofreram o impacto dessas determinações coloniais.

Este mundo dividido em compartimentos, este mundo dividido em dois, é habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades humanas (FANON, 2020, p.29).

Mais do que o pertencimento a uma classe ou uma raça, precisa-se refletir sobre a relação do indivíduo negro e indígena consigo, mesmo, com suas próprias questões subjetivas com o mundo. Além de pensar na libertação das amarras dos estereótipos sociais em relação à população negra e indígena, deve-se considerar a extensão disso para sua própria vida, para o seu próprio desenvolvimento enquanto ser humano existente e resistente. No sistema estrutural vigente, o crescimento depende primeiro da sua cor e da sua origem e classe; o lugar que se ocupa ou que irá ocupar é correlacionado a essas características. A partir disso, o enfrentamento das questões raciais e sociais é definido como complexo ou não.

Os termos “colono” e “colonizados” são termos quase que auto explicativos colocados por Frantz Fanon para tratar da supremacia de uma raça sobre a outra, assim como para entender as inquietações geradas pelo colonialismo e suas expressões. É importante apresentar os pontos que o autor expõe para entender as estruturas sociais.

Ora, no mais fundo recesso de seu ser, o colonizado não reconhece jurisdição. Está dominado, mas não está domesticado, está inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade. Espera pacientemente que o colono relaxe a vigilância para lhe saltar em cima (FANON, 2020, p.39).

A constante busca pela liberdade, de ser e de viver, pelo respeito, pela humanização e não marginalização do povo negro, precisa ser analisada através das origens das lutas sociais e do que encarceram socialmente.

Com a padronização das instituições, a população negra lidou diretamente com os resquícios da alienação colonial, os corpos e as mentes foram tomados durante esse processo, houve uma apropriação da consciência e dos comportamentos em prol de um modelo de vida europeu, do homem branco (FANON, 2020). A colonização é racista e o racismo é colonial: um alimenta o outro. Portanto, a análise do racismo inclui as estruturas da colonização, além da psicopatologia.

Para Fanon, o racismo é determinado historicamente e funciona para a opressão sistemática de um povo, uma opressão que passa por instâncias políticas, jurídicas, econômicas e psicológicas. A práxis revolucionária é um antídoto, com a função de destituir o poder racista colonial para expulsar o colonizador das estruturas do poder (FANON, 2020, p. 9).

O efeito do racismo é devastador, tanto psicologicamente quanto socialmente, sua extensão e a tentativa de controle dos corpos negros, do

encarceramento destes, sua inferiorização perpetuada e sua discriminação aparece em grande escala nas sociedades do mundo inteiro. Ainda que uma pessoa negra tenha alcançado uma classe social hierárquica mais alta, o seu lugar é sempre inferior ao de qualquer branco; quando é oriunda de periferia tudo se torna mais complexo e perigoso. O racismo é um sistema que facilita a exploração por meio da identificação de gente “civilizada” e “incivilizada” (FANON, 2020). Para a metrópole branca, esse modo de situar as populações é mais fácil, uma vez que evidente.

Na tentativa de isolar a população negra da sociedade, a maioria reside longe dos grandes centros, concentrada nas comunidades, favelas e periferias, onde seus direitos são negligenciados e negados. O Estado, por sua vez, não oferece meios favoráveis para combater essa situação, gerando mais desigualdades sociais, misérias e violências. Dessa maneira, o Estado se consolida como um agente facilitador e opressor, que nega direitos básicos como saúde, educação, lazer, e qualidade de vida para uma comunidade caracterizada como a inferior.

No Brasil, a população negra é alvo de tais represálias e tentativas de controles, do racismo, de desigualdades e da repressão intensa, um exemplo disso, é o encarceramento em massa de pessoas pretas.

Assim, em um primeiro nível da análise, Fanon ressalta o quanto o racismo e a racialização - implícitos à situação colônia- são partes de um processo maior de dominação: a violenta e desigualdade expansão das relações capitalistas de produção para o mundo não europeu (FANON, 1969 *apud* FAUSTINO, 2018, p.35).

Existe uma sociedade que mata, aprisiona e condena a população negra, que mesmo diante de tantos movimentos de resistência ainda sofre com as amarras do colonialismo, dos efeitos de uma escravidão recém “acabada” e luta a cada dia para se autoafirmar enquanto digna de respeito.

Segundo os dados do Infopen (2017), o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o número exato de presos no sistema penitenciário brasileiro somou 726.712 pessoas em junho de 2016 – último dado tabulado. Do total, 5,8% é composto por mulheres.

Em termos internacionais, baseado no relatório, o Brasil é o terceiro país no mundo com maior número de pessoas presas. Tem menos presos que os Estados Unidos (2.145.100 presos) e a China (1.649.804 presos). O quarto país com maior número de presos é a Rússia (646.085 presos).

Quando estratificado segundo a cor da pele, o levantamento mostra que 64% da população prisional é composta por pessoas negras. O maior percentual de negros entre a população presa é verificado nos estados do Acre (95%), do Amapá (91%) e da Bahia (89%). Quanto à escolaridade, 75% da população prisional brasileira não chegou ao ensino médio. Menos de 1% dos presos possui graduação.

Em relação à faixa etária, 55%, mais da metade, é formado por jovens entre 18 e 29 anos e 38% entre 30 a 45 anos. Em relação à distribuição dos crimes no sistema federal, o tráfico de drogas comporta 30% dos registros, enquanto os roubos e furtos chegam a 22% e os homicídios, 16%.

Portanto, os dados mostram um perfil de encarcerado: homem, negro, na faixa de 18 a 24 anos, sem ter concluído os estudos, com envolvimento em crime de tráfico e roubo. A partir desse perfil alvo⁹, fica o questionamento: qual ação o Estado tem tomado como medida preventiva para que esses jovens não percorram esse caminho? A negligência estatal é uma violência dos direitos básicos, responsável pela falta de acesso à saúde de qualidade, à educação, ao lazer.

Acima, neste trabalho, abordou-se sobre o fetichismo do hiperconsumo e a falsa ilusão de felicidade em ter o poder de compra, os jovens ao terem mais acesso e por mais tempo aos meios de comunicação, mídias e propagandas são os principais alvos dessa armadilha. Para adquirir bens, assim como alimento, visto que na maioria das vezes são os provedores e responsáveis pelas suas famílias, recorrem ao mundo do crime.

O jovem negro “marginalizado” por sua cor, a população negra, em um geral, pertencente a uma classe social baixa, são os que mais sofrem com a “inferioridade” imposta pelo colonialismo discutido por Frantz Fanon. O racismo é “epidêmico” – essa “epidermização da inferioridade” que recai sobre as pessoas negras é um dos aspectos ressaltados pelo autor (FANON, 2020).

As patologias psicológicas decorrentes de um mundo branco produzido como único e verdadeiro acabaram por impor transtornos de outra ordem às pessoas negras. O contato de uma pessoa negra com o mundo branco já a

⁹ O sistema prisional Brasileiro é composto por 64% de pessoas negras, 35% brancos, 1% amarela, respectivamente. Em sua maioria composto por jovens na faixa etária de 18 a 24 anos (30%), 25 a 29 anos (25%), 30 a 34 anos (19%) na mesma porcentagem pessoas com 35 a 45 anos. Todos esses dados caracterizam um perfil alvo que mais afetado por um sistema de desigualdades social, violência do Estado e encarceramento em massa (Infopen, 2017).

prejudica: “Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contato com o mundo branco” (FANON, 2020).

A luta é para que, um dia, a realidade colonialista e racista seja superada. É necessário que essa população seja, sobretudo, liberta para expressar suas raízes. As diferenças culturais não podem ser desprezadas, a existência do mundo branco antinegro impôs distúrbios à população negra em estado de colonização, afetando a subjetividade do ser humano ao estabelecer a falsa noção de “superioridade” de uma população sobre a outra e, com isso, permitindo o controle de seus corpos. Sendo assim, mais um fator adoecedor dentro da sociedade capitalista, ou melhor, se juntando com outros motivos e se potencializando, resultando em episódios violentos para o povo negro.

Contudo, ao articularmos a ideia de sociedade livre sem dominação do sistema capitalista, também, é preciso que se afirme a reflexão para entendermos que uma sociedade anticapitalista ela é antirracista. A luta de uma sociedade que se propõe superar o modelo de dominação, ela é articulada com as minorias e com as formas de se romper preconceitos e estruturas que exploram e dividem determinada classe e raça.

Desenvolvidas as questões do processo de organização social, no contexto Brasil, é possível afirmar a relação do racismo desenvolvido não a partir do processo do capitalismo brasileiro, mas, acirrado a partir dele. Em uma breve afirmação de tal luta, sendo ela, por uma sociedade sem dominação é pensar na articulação de uma sociedade antirracista.

Pensando a partir de um contexto histórico, de dominação de um povo (colonos) sobre o outro (colonizados) termo utilizado por Fanon (2020), o povo negro, no período de colonização e escravidão e suas expressões, inseridos no processo de produção capitalista, já o foi introduzido hierarquicamente inferior, ocupando a base tanto da produção quanto da desigualdade social, isso se afirma compreendendo e refletindo o processo de formação do Brasil e seu desenvolvimento social, econômico e cultural.

Portanto, no que se refere ao processo da dominação capitalista além de alienante é adoecedor, juntamente com os efeitos do racismo na sociedade intensifica o processo de adoecimento social, pois o racismo por si só é uma estrutura violenta, que adocece socialmente e psicologicamente a população negra. Assim, pensar saúde mental efetiva, é pensar em luta articulada emancipatória, a

luta anticapitalista é articulada na superação do modo de dominação e desigualdade. Na esperança de sujeitos livres, pensantes. Em confluência com uma luta antirracista.

3 LOUCURA E INSTITUIÇÕES PSIQUIÁTRICAS

No contexto social atual, existe a consciência dos transtornos mentais, suas causas e seus tratamentos, e a sensibilidade de acompanhar cada indivíduo com sua demanda, entendendo e acolhendo suas particularidades. Diferentemente disso, a origem da loucura teve uma árdua trajetória até os dias de hoje. Assim, torna-se importante fazer um breve resgate histórico sobre o seu surgimento na sociedade e as técnicas utilizadas, conforme os diferentes períodos sociais.

Michel Foucault se debruçou em estudar a loucura, sua transformação no decorrer do tempo, o que caracterizava ser louco e quem eram esses loucos. Também evidenciou três épocas diferentes para exemplificar as variadas formas de se entendera loucura.

Com o aumento dos casos leprosos na alta Idade Média, houve a necessidade de se criar hospitais para que eles fossem isolados da sociedade. Porém, no século XV os casos diminuíram nas cidades e, como resultado, teve um esvaziamento desses espaços de “tratamentos”. Locais como Saint-Germain, São Vicente, em Saint-Lazare foram destinados a outra coisa, já que houve grandes investimentos nesses grandes lugares.

Estranho desaparecimento, que sem dúvida não foi o efeito, longamente procurado, de obscuras práticas médicas, mas sim o resultado espontâneo dessa segregação e a consequência, também, após o fim das Cruzadas, da ruptura com os focos orientais de infecção. A lepra se retira, deixando sem utilidade esses lugares obscuros e esses ritos que não estavam destinados a suprimi-la, mas sim a mantê-la a uma distância sacramentada, a fixá-la numa exaltação inversa (FOUCAULT, 1978, p.10).

A lepra foi substituída, inicialmente, pelas doenças venéreas, no final do século XV, como por direito de herança, os espaços institucionalizados que atendiam leprosos passaram a atender esses doentes. Com isso, eles foram excluídos e tentaram expulsá-los do meio social. “Rapidamente a doença venérea se instala, no decorrer do século XVI, na ordem das doenças que exigem tratamento. Sem dúvida, ela é considerada num conjunto de juízos morais: mas essa perspectiva quase nada modifica a compreensão médica da doença” (FOUCAULT, 1978, p.13).

Sabe-se que nesses períodos, a partir do século XVI, o procedimento para lidar com a loucura (ou tudo aquilo visto como fora da normalidade) consistia no uso de métodos de controles, artifícios e penalidades árdias. Ainda que nem toda técnica fosse dolorosa, a intenção era a mesma: manter a ordem social.

Um exemplo foi as Naus dos Loucos, embarcações que navegavam através dos rios carregando os insanos de uma cidade para a outra, presentes em referências literárias para constatar o que acontecia com aquele que se comportava fora da ordem. Segundo Foucault, muitas vezes os tratavam com o uso de violências, também os confiavam a grupos de mercadores, peregrinos e marinheiros; esse ritual foi usado como importante ferramenta de controle dos loucos. Entretanto, cada cidade lidava de uma forma com eles. Não é fácil supor o sentido exato desse costume. Pode-se dizer que era uma medida geral de expurgo que os municípios incidiram sobre aqueles em estado de vagabundagem. Outras cidades, porém, institucionalizavam, encarceravam e aprisionavam o louco em casas destinadas à internação.

Durante o século XVII, os espaços institucionais começaram a incluir novos grupos sociais – antes destinados aos leprosos, posteriormente aos que tinham doenças venéreas – compostos por aqueles que não conseguiam se manter, os desempregados, os mendigos, os desordeiros e os loucos. Essas instituições europeias, ou casas de acolhimento, possuíam a responsabilidade de recolher essas pessoas das ruas, encarcerá-las dentro destes locais e ali controlá-las, conforme suas estratégias de repressão e exclusão.

Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. Frequentemente nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde. Pobres, vagabundos, presidiários e "cabeças alienadas" assumirão o papel abandonado pelo lazarento, e veremos que salvação se espera dessa exclusão, para eles e para aqueles que os excluem (FOUCAULT, 1978, p.11).

Sabe-se que o poder absoluto da época fez uso das cartas régias e de medidas de prisão arbitrárias; é menos sabido qual a consciência jurídica que poderia animar essas práticas. Foucault apresentou, em pequenas descrições, a experiência árdua de como era a sobrevivência dentro desses espaços institucionais. As ações administrativas eram punitivas, tinham o objetivo de reprimir fisicamente e mentalmente aqueles que ali estavam. Muitos destes foram aprisionados por serem desordeiros, por não estarem em conformidade com suas famílias, ou ainda, por não terem a sorte de nascer parte da grande Burguesia Europeia.

Vi-os nus, cobertos de trapos, tendo apenas um pouco de palha para abrigarem-se da fria umidade do chão sobre o qual se estendiam. Vi-os mal alimentados, sem ar para respirar, sem água para matar a sede e sem as coisas mais necessárias à vida. Vi-os entregues a verdadeiros carcereiros,

abandonados a sua brutal vigilância. Vi-os em locais estreitos, sujos, infectos, sem ar, sem luz, fechados [...] (FOUCAULT, 1978, p.52).

Em 1656, foi criado o decreto da fundação do Hospital Geral, em Paris. À primeira vista, tratava-se apenas de uma reforma – de uma reorganização administrativa (FOUCAULT, 1978, p.53). No entanto, essa data faz referência a unificação das instituições sob o poder de um comando central. O Hospital Geral estava longe de se assemelhar a um estabelecimento para cuidados médicos, ao contrário, tornou-se uma das grandes instituições que degradavam o louco e os desajustados segundo a sociedade, um local de muita desumanização. Antes disso, eram uma estrutura semi jurídica, como uma entidade administrativa que, ao lado dos poderes já estabelecidos, e além dos tribunais, decidiam, julgavam e executavam.

Os Hospitais Gerais funcionavam como agentes de ajuste do indivíduo, assim, nasceu a possibilidade de recuperar o louco, o pobre, uma vez que eles eram incapazes de conviver em sociedade, o melhor foi encarcerá-los a fim de “recuperá-los”, mas excluídos e isolados.

A burguesia e a igreja são figuras importantes para o entendimento desse contexto, uma vez que, a segunda à serviço da primeira, era contra os desviados ou desajustados socialmente. Os membros da igreja eram parte da administração dos hospitais gerais, por isso, segundo Foucault (1978), a gestão era, sobretudo, burguesa. Em cada uma das casas de acolhimento levava-se uma vida parecida com a de um convento, acompanhada de leituras, ofícios, orações e meditações.

Em 1532, o parlamento de Paris prendeu as pessoas em situação de rua e obrigou-os a trabalhar nos esgotos da cidade, amarrados, dois a dois, por correntes (FOUCAULT, 1978). Essa era mais uma estratégia adotada pelos Hospitais Gerais, com a proposta de combater a ociosidade, os submetia ao trabalho com repressão.

Aquele que estava na instituição por estar desempregado, logo não era produtivo para a sociedade e foi usado como uma opção de mão-de-obra barata. O trabalho, muitas vezes, não havia sido escolhido pelo próprio indivíduo, mas apresentado como uma condição coercitiva. Como ele era alimentado e abrigado por essas instituições, não tinha como se virar contra elas, restando aceitar ou sofrer punições.

[...] A criação do Hospital é sem dúvida, pelo menos na origem, uma vitória parlamentar. Em todo caso, é uma solução nova: é a primeira vez que se substituem as medidas de exclusão puramente negativas por uma medida

de detenção; o desempregado não é mais escorraçado ou punido; toma-se conta dele, às custas da nação mas também de sua liberdade individual. Entre ele e a sociedade, estabelece-se um sistema implícito de obrigações: ele tem o direito de ser alimentado, mas deve aceitar a coação física e moral do internamento (FOUCAULT, 1978, p.69).

A era clássica utilizou o internamento de forma equivocada, fazendo com que representasse um duplo papel: a de reabsorção do desemprego ou, pelo menos o encobrimento de seus efeitos sociais mais visíveis (FOUCAULT, 1978). As casas de internações fracassaram por serem ineficazes e mal formuladas, desaparecendo no início do século XIX. Além disso, o impulso pelo trabalho no mundo industrial não apareceu ligado ao problema que ele mesmo suscitou, percebeu-se o contrário, era a solução para a pobreza e a ociosidade diante das várias tentativas de sua mitigação e controle, uma vez que era entendida como um mal social (FOUCAULT, 1978).

“A coação humana ajuda a justiça divina ao esforçar-se por torná-la inútil. A repressão adquire assim uma dupla eficácia, na cura dos corpos e na purificação das almas” (FOUCAULT, 1978, p. 71). Nesta pequena citação pode-se observar três características: punição, moralidade e religião. O comportamento do indivíduo sempre foi uma questão na religião, como abordado sobre sua importância nos espaços de internação, a moralidade precisava estar de acordo com os costumes vigentes da sociedade, o contrário disso resultava em um homem desajustado, que era internado e punido.

Ademais, segundo Foucault, a sociedade passou a encontrar de alguma maneira um elo entre a loucura e a sexualidade. À luz de sua ingenuidade, a psicanálise viu acertadamente que toda loucura se enraizava em alguma “sexualidade perturbada”.

As questões familiares a respeito do casamento dos mais novos também se tornaram uma problemática. A família, com suas exigências, converteu-se em um dos critérios essenciais da razão; e é ela, especialmente, que pedia e obtinha o internamento. Quando alguns jogos de interesses estavam em questão, a reputação familiar e o seu patrimônio não poderiam estar envolvidos com más condutas.

Devassidão, prodigalidade, ligação inconfessável, casamento vergonhoso: tudo isso está entre os motivos mais numerosos do internamento. Este poder de repressão, que não pertence inteiramente ao domínio da justiça nem exatamente ao da religião, este poder arrancado diretamente à autoridade real não representa, no fundo, a arbitrariedade do despotismo, mas sim o caráter doravante rigoroso das exigências familiares. O internamento foi colocado pela monarquia absoluta à disposição da família burguesa (FOUCAULT, 1978, p.97).

A respeito dos conceitos relacionados à doença, à cura e a partir do que era considerado normal, socialmente aceitável, Georges Canguilhem (2009) apresentou em seu livro o questionamento pertinente do que é ser normal e patológico, e buscou criticar filosoficamente as bases nas quais essas definições se estruturaram para diferenciar o normal e a patologização das doenças, bem como suas definições fundamentadas nas normativas.

O normal não é uma média correlativa a um conceito social, não é um julgamento de realidade, é um julgamento de valor, é uma noção-limite que define o máximo de capacidade psíquica de um ser (CANGUILHEM, 2009, p. 38).

O normal segundo o mesmo, seria o pertencimento dentro de uma ordem ou modelo de referência, “já que norma significa esquadro —, aquilo que não se inclina nem para a esquerda nem para a direita, portanto o que se conserva em um justo meio-termo; daí derivam dois sentidos: é normal aquilo que é como deve ser; e é normal, no sentido mais usual da palavra” (CANGUILHEM, 2009, p. 40).

A partir deste primeiro pensamento, se tem algo fora do normal estamos a crítica se estabelece sobre a patologia ser uma variação quantitativa do normal, no âmbito na medicina e para a biologia ser considerado normal ou anormal, e assim estabelecer definição de doença em casos de serem considerados anormais. Nesta lógica, temos o não aprofundamento das partes médicas e científicas sobre esses conceitos, temos a ideia de anormal ser doença e doença pressupor a cura. “O que lhes interessa é diagnosticar e curar. Teoricamente, curar é fazer voltar à norma uma função ou um organismo que dela se tinham afastado” (CANGUILHEM, 2009, p. 39).

Sobre o conceito de doente, temos:

"Doente é um conceito geral de não-valor que compreende todos os valores negativos possíveis" [59, 9]. Estar doente significa ser nocivo, ou indesejável, ou socialmente desvalorizado etc. Inversamente, o que é desejado na saúde é evidente do ponto de vista fisiológico, e isso dá ao conceito de doença física um sentido relativamente estável. Os valores desejados são "a vida, uma vida longa, a capacidade de reprodução, a capacidade de trabalho físico, a força, a resistência à fadiga, a ausência de dor, um estado no qual se sente o corpo o menos possível, além da agradável sensação de existir" (CANGUILHEM, 2009, p. 39).

Contudo, as relações são dinâmicas e isso se reflete na vida e na saúde, então tratar a normalidade no singular é, portanto, tentar ter o controle sobre essas dinâmicas. A relação da saúde com o discurso normativo impositivo não é compatível, o sentido de saúde não é restrito a ausência de doença somente, esta é

expressada por diversos padrões, sobretudo a forma com que o indivíduo lida com a dinâmica da vida e do que é instituído como consciente.

Para julgar o normal e o patológico não se deve limitar a vida humana à vida vegetativa. Em última análise, pode-se viver, a rigor, com muitas malformações ou afecções, mas nada podemos fazer de nossa vida, assim limitada, ou melhor, podemos sempre fazer alguma coisa, e é nesse sentido que qualquer estado do organismo, se for uma adaptação às circunstâncias impostas, acaba sendo, no fundo, normal, enquanto for compatível com a vida. Mas o preço dessa normalidade é a renúncia a qualquer normatividade eventual.

“O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas” (Canguilhem, 2009, p. 64).

No início do século XIX, as internações, a posição da loucura e as formas de punição foram transformadas, resultando em uma interferência mais incisiva de uma medicina alienante, com medicalização e controle dos corpos indisciplinados. Essas novas experiências, mesmo detendo o conhecimento de diversos resquícios de comportamentos e normas anteriores caminharam para um novo rumo, com novos desafios que serão tratados a seguir.

4 INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS COMO MEDIDA DE REPARAÇÃO DA SAÚDE MENTAL

Em meados do século XVIII e início do XIX, a relação entre loucura e medicina, como ciência exata, se estreitou, o que antes era usado somente na forma de instituições de internamento e práticas de aprisionamento, passou a decifrar e definir os loucos a partir de seu conhecimento. A concepção do indivíduo alienado foi inserida no processo de caracterização dos tipos de loucura, embora ainda houvesse resquícios das antigas práticas e tentativas de cura realizadas anteriormente.

Não apenas as concepções e as práticas referentes à loucura, mas todo um reajuste do mundo ético. É a partir dele que se torna necessário compreender a personagem do louco tal como ele surge na época clássica e a maneira pela qual se constitui aquilo que o século XIX acreditará reconhecer, entre as verdades imemoriais de seu positivismo, como a alienação mental (FOUCAULT, 1978, p.113).

Para Foucault, não era surpresa o fato de ainda se discutir, no começo do século XIX – como se tratasse de questão ainda não resolvida –, sobre a capacidade dos médicos em reconhecer a alienação e diagnosticá-la.

Conforme ocorreram as transformações sociais, como a crise no sistema monárquico e as revoluções na Europa, as instituições permaneceram atuando de formas muito parecidas, porém passaram a pensar no espaço do louco junto com os outros desajustados. Dentro dessas estavam todos os que não se enquadravam nos parâmetros sociais da época, ao mesmo tempo em que obrigavam os isolados a trabalhar sob repressão para combater a ociosidade, mas os loucos não se adaptavam às atividades de trabalho. Por isso, viu-se a necessidade de separar os loucos dos outros internos, classificá-los conforme suas doenças, criar novas legislações e desdobramentos em relação a eles, assim como outros meios de atender aqueles considerados alienados.

A partir desse período, os transtornos passaram a estar sob o controle da medicina, Philip Pinel, considerado pai da psiquiatria por pensar no tratamento das pessoas com transtornos mentais e entender toda a dramática que envolve as formas de internações dessas pessoas, tornou-se uma referência. Após, surgiram os asilos manicomiais.

Segundo Amarante, Pinel participou ativamente dos movimentos a favor da revolução francesa para a superação do estado absolutista.

A Revolução francesa foi um momento histórico ímpar; palco de várias transformações econômicas, sociais e políticas que tem muita importância para a área da medicina e o campo da saúde e, em nosso interesse particular, para a história da psiquiatria e da loucura (AMARANTE, 2007, p. 22).

Nessa época, a psiquiatria foi predominantemente médica e hospitalar, os hospitais eram o lugar do saber concentrado, de estudo da alienação mental, agregado de disciplina, regras e comportamentos. Embora a proposta fosse de liberdade para os doentes mentais, vinha acompanhada do custo destes serem mantidos em isolamento e dentro das ordens e condutas disciplinares – pois o louco era aquele que não seguia as regras. “Para Pinel, o isolamento propiciado pela hospitalização permitiria isolar a ‘alienação em seu estado puro’ para conhecê-la livre de quaisquer interferências” (AMARANTE, 2007, p. 31).

Conforme afirma Lucia Rosa, a exclusão do louco do meio social por meio da internação psiquiátrica fez com que o seu estatuto social mudasse para “doente mental” (ROSA, 2003, p.49). O termo é empregado ao indivíduo com transtorno devido ao tratamento em hospitais pelo poder médico, desse modo, criou-se um imaginativo de doença, algo relacionado à cura.

Por mais que houvesse mudanças em relação aos antigos tratamentos psiquiátricos, elementos como o aprisionamento e as conversões morais continuaram sendo frequentes no controle da loucura. Segundo Amarante, o histórico “gesto de Pinel” desacorrentando os loucos foi capaz de dar a ilusão de que os loucos teriam sido libertados das correntes e salvos da violência institucional. Entretanto, o que existiu foi uma “metamorfose da natureza da instituição” (AMARANTE, 2007, p. 35).

No Brasil, todas essas transformações ocorreram diante de um contexto histórico com mudanças radicais nos setores políticos, econômicos e sociais. Influenciados pela experiência europeia, especialmente a francesa, instituiu-se no país uma sociedade colonial, rural e escravocrata que tinha o trabalho como algo negativo (ROSA, 2003).

As casas de misericórdia foram instituições que sempre apresentaram um grande papel no Brasil. Nestes locais eram acolhidas as populações menos favorecidas financeiramente, sem um vínculo lucrativo seu objetivo primário se constituía em serviços de saúde associados às organizações religiosas, mais precisamente à igreja católica. Adiante, em 1852, foi inaugurado o Hospício Pedro II

no Rio de Janeiro, um marco institucional da assistência psiquiátrica no país (ROSA, 2003, p. 86).

A princípio, o tratamento da loucura no Brasil não era diferente do europeu, surgindo da demanda do problema social de ociosidade de uma população estigmatizada, em que o ócio era relacionado à desordem pública. Da mesma maneira, as modificações no mundo da psiquiatria brasileira seguiram os passos das influências exteriores. “Com o advento da república, a loucura e o louco tornam-se objeto de especialistas e ganham contorno de doença mental. Ou seja, a república delimitou uma nova fase para as instituições psiquiátricas, que sai do empirismo para entrar na fase científica” (ROSA, 2003, p.88).

As sucessoras dos hospícios foram as colônias dos alienados, em que os pacientes eram submetidos à atividades laborais agrícolas. As primeiras organizações surgiram logo após a proclamação da república, como as colônias de São Bento e Conde de São Mesquita no estado do Rio de Janeiro. Essas aperfeiçoaram o hospício e se tornaram complementar a ele, no foco do projeto medicalizante, que se expandiu para a sociedade extra-asilar em direção a grupos populacionais mais abrangentes (ROSA, 2003, p. 89).

O pensamento italiano basagliano serviu como exemplo para a reforma psiquiátrica brasileira, de instituições manicomiais e hospitalocêntricas, durante o período da ditadura. Iniciaram-se os questionamentos acerca da ideia de doença/cura, além da mudança de foco para a pessoa com transtorno e os tratamentos extremos à base de eletrochoques e remédios com alta dosagem com o intuito de dopar o indivíduo.

Durante a década de 1970, a reforma psiquiátrica iniciou seu percurso, tendo como cenário a ditadura militar e as necessidades de mudanças políticas, econômicas e culturais do país. O contexto era de reivindicações de mudanças políticas e de luta dos movimentos sociais. Sendo assim a reforma segue passo a passo o processo de redemocratização do país (AMARANTE, 2007 *apud* PASSOS, 2017, p. 50).

As condições de vida nessas instituições eram insalubres e os manicômios eram lotados, devido a repressão militar, muitos não se caracterizavam como uma pessoa com um transtorno, no entanto, aqueles que confrontavam a nova ordem ditatorial precisavam sofrer de alguma forma, a internação forçada nos manicômios¹⁰ que foi um dos meios usados para torturá-los.

¹⁰Em virtude dos fechamentos das instituições manicomiais durante o período de reforma psiquiátrica, novos equipamentos foram surgindo mudando não somente a nomenclatura para serviços

A proposta da reforma psiquiátrica brasileira consistia em:

- Superação do modelo asilar: a efetiva superação desse modelo exigiu a implantação de uma política de desospitalização/substituição progressiva dos leitos hospitalares psiquiátricos, com a concomitante construção de uma rede substitutiva que assegurava a assistência integral e de qualidade;
- Organização e produção da rede e dos serviços substitutivos: a implementação de uma rede de serviços de saúde mental substitutiva ao hospital psiquiátrico, capaz de oferecer atenção integral aos usuários de saúde mental e seus familiares, em todas as suas necessidades, nas 24h, durante os 7 dias de semana, fortalecendo a diversidade de ações e a desinstitucionalização;
- Serviços residenciais terapêuticos: o desenvolvimento de programas de desinstitucionalização das pessoas internadas há bastante tempo, que visavam os processos de autonomia, de construção dos direitos de cidadania e de novas possibilidades de vida para todos, e que garantiam o acesso, o acolhimento, a responsabilização e a produção de outras formas de cuidado ao sofrimento.

Em relação aos autores dessa temática, Nise da Silveira, nascida em 1905, teve uma trajetória de estudo na medicina que foi sinônimo de resistência no que se refere à saúde mental. Considerando suas atribuições como uma cientista que inaugurou um novo patamar na psiquiatria, psicologia e epistemologia dos estudos dos transtornos mentais. Conformando um novo território que religou arte, clínica, loucura e subjetividade (FERNANDES, 2015).

Nise da Silveira, que escolheu a contracorrente do seu tempo, enfrentando logo no início da vida profissional—a estrutura de estado e o apogeu do tratamento cartesiano na ciência médica psiquiátrica, encontrar resistência para- permanecendo na contra-hegemonia- inaugurar uma nova ciência propositiva de novas modalidades de tratamento para os portadores de transtorno mental grave, que reverberou na história (FERNANDES, 2015, p.15).

Com grande dedicação ao seu trabalho, Silveira enfrentou com muita luta espaço na instituição, por ser a minoria, uma mulher, diante da grande concentração de médicos masculinos e vivenciou todo um silenciamento sobre seu método de trabalho. Enquanto a medicina implementava métodos agressivos como forma de

substitutivos como também uma forma de superar o modelo manicomial com isso “foram sendo criados vários modelos de serviços substitutivos” (AMARANTE, 2007, p. 56).

tratamento, a psiquiatra era contrária á ideia de cura e doença da época e das perversidades cometidas com o louco e a loucura. A ciência literária do humano foi sua grande contribuição para a história. O filme biográfico *Nise: O Coração da Loucura* de 2016, retratou suas vivências dentro do hospital psiquiátrico – o grande resultado dos seus esforços e a importância de um tratamento da pessoa com transtorno mental.

Também se torna importante mencionar dois outros autores – Lima Barreto e Daniela Arbex – que contribuíram bibliograficamente com a construção de uma memória em relação às barbaridades que aconteceram no interior das instituições manicomiais e que Silveira vivenciou de forma intensa, desde os tratamentos perversos até a morte de milhares de pessoas nessas organizações.

Lima Barreto, escritor e jornalista negro, teve vários de seus romances e obras reconhecidas, mas a sua relação incontrolada com o álcool juntamente com a depressão, resultou em sua internação no hospital psiquiátrico, conhecido como hospital dos alienados, em Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Em seu diário, relatou sobre o que vivenciou no interior da instituição e sua percepção sobre o local. Fernandes destacou que o autor realizou uma descrição do hospício muito próxima a de Dostoiévski, ao ressaltá-lo como um local sombrio, mórbido, uma “sepultura em vida, um semi-enterramento; enterramento do espírito, da razão condutora” (FERNANDES, 2015, p.41).

O alcoolismo se manifestou mesclado a profundos estados de depressão, numa última tentativa de fugir de aviltante realidade, que acabou por levá-lo a conhecer por dentro as agruras do serviço manicomial brasileiro. Por meio de sua obra, reflexo de sua história, é possível a compreensão dos determinantes que contribuem para o processo de adoecimento mental (FERNANDES, 2015, p.42).

No mesmo contexto, a jornalista e autora do livro *Holocausto Brasileiro*, Daniela Arbex, relatou a prática das internações no Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, considerado o maior holocausto brasileiro do século XX, responsável por mais de 60 mil mortes em seu interior. As práticas higienistas perpetuadas na época mantinham internados os desajustados e práticas extremas de abusos que os levavam até a morte. Nos períodos de maior lotação, dezesseis pessoas morriam a cada dia. Morriam, inclusive, por causa da invisibilidade (FERNANDES, 2015, p.43).

“Dentro do hospital, apesar de ninguém ter apertado o gatilho, todos carregam mortes nas costas” (ARBEX, 2013, p.43 *apud* FERNANDES, 2015, p.42). Essa frase emblemática representa todo o horror e sentimento de culpa pelo que

aconteceu dentro do hospício, até mesmo pelas condições ambientais inabitáveis para o ser humano, como os resíduos pessoais que ficavam expostos a céu aberto.

Nesse sentido, entende-se que essas condições pioravam em períodos de superlotação, pois, segundo Arbex, a teoria eugenista que sustentava a ideia de limpeza social fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Portanto, não importava o quão superlotado estava ou mesmo as formas usadas no controle dessa população (ARBEX, 2013, p. 43 *apud* FERNANDES, 2015, p. 24).

O médico psiquiatra Franco Basaglia, pioneiro da luta pelo fim dos manicômios, esteve no Brasil, em 1979, e conheceu a colônia. Em seguida, chamou uma coletiva de imprensa, na qual afirmou que havia estado em um campo de concentração nazista. Em lugar nenhum do mundo, afirmou Basaglia, presenciei uma tragédia como esta (ARBEX, 2013 *apud* FERNANDES, 2015, p.46).

De fato, os acontecimentos fazem jus ao título do livro, pessoas sem alimentos, nus, feridas, torturadas, reprimidas, que morreram em decorrência de serem cobaias humanas, não se pode contrariar tal definição depois de ter descoberto as barbaridades que ocorreram dentro do Colônia de Barbacena. Deixando traumas inesquecíveis e permanentes, visto que muitos passaram toda sua vida sobrevivendo dentro desse espaço.

Os pacientes chegavam através do que passou a ser conhecido como “trem de doidos”, ali eram depositados sem saber ao menos o que iria acontecer, só lhes restavam sobreviver. Estima-se que 70% dos atendidos não sofriam de nenhum transtorno, somente não se enquadravam no padrão imposto pela ordem pública. O presente trabalho não se aprofunda em todos os casos relatados ao longo do livro, para exemplificar esse discurso, tem a história de Sônia, uma mulher “rejeitada aos 11 anos por fazer molecagem na rua, em Belo Horizonte, foi despachada para o hospital pela polícia” (ARBEX, 2013 *apud* FERNANDES, 2015, p.43). E por ali sobreviveu por décadas até a sua saída.

Além disso, muito se lucrou com a venda de corpos para as unidades que realizavam pesquisas e faculdades, se não tinha respeito pelos corpos vivos, não haveria de ter pelos corpos mortos. As dezenas de corpos acumulados no pátio da instituição valiam a pena pelo preço em que eram vendidos.

Além daqueles trinta cadáveres, outros 1823 corpos foram vendidos pelo colônia para dezessete faculdades de medicina do país entre 1969 e 1980. Como a subnutrição, as péssimas condições de onde registros da própria entidade apontam dezesseis falecimentos por dia, em média, no período de maior lotação (ARBEX, 2013 *apud* FERNANDES, 2015, p.67).

Os corpos eram tratados como “peças” pelas faculdades e instituições que usufruíam deles; e como as condições em vida foram deploráveis quando estavam falecidos as aparências pioravam. Durante as investigações e pesquisas descobriam muitos sinais de doenças e outras violências nos corpos. Segundo Arbex, os corpos que não interessavam mais, tinham um destino cruel em duplicidade, eram queimados em ácido no pátio do Colônia na frente dos pacientes, para que ainda pudessem ter algum valor aproveitava-se de suas ossadas.

Mesmo diante de inúmeras crueldades, os sobreviventes foram extremamente importantes para o processo de mudança na área psiquiátrica, suas histórias não podem ser apagadas e servem como um lembrete de algo que nunca deve retornar. “Enquanto o silêncio acobertar a indiferença, a sociedade continuará avançando em direção ao passado de barbárie. É tempo de escrever uma nova história e de mudar o final” (ARBEX, 2013, p. 233).

O estudo desses acontecimentos é importante para lembrar que ninguém deveria ou deve passar por algo parecido novamente bem como para entender a fundo os transtornos e pensar em um melhor tratamento cercado de respeito, acolhimento e humanidade. Por isso, a reforma psiquiátrica foi fundamental para o desenvolvimento da saúde mental no Brasil e no mundo e de uma luta coletiva contra as ações perversas direcionadas às pessoas com transtornos mentais.

O envolvimento dos movimentos sociais foram fundamentais durante a reforma, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), desempenhou, por um longo período, o principal papel, tanto na formulação teórica quanto na organização de novas práticas na área (AMARANTE, 1995).

A DINSAM (Divisão Nacional de Saúde Mental), anteriormente SNDM (Serviço Nacional de Doenças Mentais), lutava pela transformação do sistema de atenção à saúde, em que era denunciado e criticado a situação trabalhista, o uso de meios abusivos de tratamento, assim como a defesa da humanização dos serviços.

“O segundo momento da reforma psiquiátrica é o da trajetória sanitária, iniciado nos primeiros anos da década de 80, quando parte considerável do movimento da reforma sanitária, e não apenas o da psiquiátrica, passa a ser incorporado, ou a incorporar-se no aparelho de Estado” (AMARANTE, 1995, p.89).

Para Sergio Arouca (1998), a reforma sanitária, consolidada após a 1ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, lutava por um modelo de saúde novo para o Brasil. Embora houvesse movimentações em prol desse objetivo nos anos 60

e 70, as primeiras teorias estavam relacionadas às correntes funcionalistas, cujo foco era a doença e a cura. Nesse sentido, Amarante apresentou que a saúde está relacionada com o entorno, ou seja, com a região, o bairro habitado e outras categorias, além daquelas biológicas.

A produção de saúde não está centrada na instituição sanitária ou psiquiátrica, nem apenas nas equipes multidisciplinares, e depende de conhecer as forças vivas de uma região, as organizações e instituições do bairro, para além da divisão administrativa da cidade; superar a lógica do assistencialismo em direção a uma ação no território, de mobilização das forças comunitárias e dos recursos vivos da comunidade (TORRE; AMARANTE, 2018, p.97).

Depois que as correntes funcionalistas foram deixadas para trás, foi criada uma política pública de saúde, regida pela Constituição de (1988), resultante em um sistema de saúde, o SUS (Sistema Único de Saúde). Mesmo com todas essas conquistas, segundo Arouca, é preciso que o princípio de saúde esteja em conformidade com as outras categorias da vida, o trabalho, saneamento, lazer, cultura.

Além disso, a reforma psiquiátrica também resultou na saída dos internos dos grandes manicômios. Essa grande virada permitiu que os usuários com transtornos mentais pudessem, de fato, ter o tratamento e o acolhimento dignos e seus direitos humanos respeitados. As conferências se tornaram espaços em que a população pressionava as autoridades pela efetividade das mudanças. Diversas eram as pautas, entre elas: o saber médico psiquiátrico como figura de poder, os recursos não manicomial, os centros de atenção diária, a integralidade como construção democrática, o fim dos manicômios e a implementação dos serviços substitutivos.

Os serviços substitutivos tinham o objetivo de superar as práticas manicomial. A desinstitucionalização consistia na saída responsável de hospitais psiquiátricos, em que o usuário era encaminhado para os serviços substitutivos, a fim de continuar um “tratamento”, que deixava de ser isolado para incluir uma rede de apoio, a família e a comunidade. O propósito era a construção de uma sociedade sem manicômios e sem que as práticas perversas fossem reproduzidas em espaços como esses.

Embasada pelos princípios e diretrizes da reforma psiquiátrica italiana que direcionou-se e estabeleceu-se uma conjuntura distinta. Nesse caminho propõe-se a superação do hospital psiquiátrico por meio de serviços substitutivos que dialogam junto à comunidade e a família, a fim de proporcionar uma gestão compartilhada do cuidado e, assim, buscar

promover a viabilidade à cidadania (AMARANTE, 2007 *apud* PASSOS, 2017).

A articulação intersetorial dentro desses espaços é indispensável para o usuário, como já mencionado, eles não funcionam sem a dinâmica das redes de apoio, por isso, precisa-se que os pacientes estejam estruturados à própria equipe, aos familiares, assim como com outras instituições e políticas públicas. “As políticas públicas de saúde mental e atenção psicossocial devem organizar-se em ‘rede’, isto é, formando uma série de pontos de encontros, de trajetórias de cooperação, de simultaneidade de iniciativas e atores sociais envolvidos” (AMARANTE, 2007, p.86).

Os serviços substitutivos compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), são eles os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e suas classificações, que abrangem do adulto à criança, aos leitos em hospitais gerais, as residências terapêuticas, os centros de convivência, os ambulatórios em caso de emergências, as cooperativas e outros; estes sistemas são regulamentados pela Lei 10.216/2001¹¹.

Essa lei sistematiza a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtorno mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental. A portaria 336/2002 estabeleceu os CAPS e suas tipologias, CAPS I, CAPS II, CAPS III, e junto aos serviços destinados à criança e ao adolescente, configurando o CAPSi. Com a portaria 3088/2011 foi instituída a Rede de Atenção Psicossocial para indivíduos com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), constituindo o CAPS AD. Já a portaria 336/2022 estabeleceu suas tipologias de acordo com a quantidade populacional de habitantes.

Dentro desses estabelecimentos o acompanhamento é diário e funciona de acordo com a demanda dos usuários, alguns equipamentos não estão preparados estruturalmente para determinados casos, muitas vezes precisando se adaptar para fazer o acolhimento.

Como os serviços substitutivos foram designados conforme demanda e especificação, existe uma estrutura na legislação que define o funcionamento e a organização para melhor atender seus usuários:

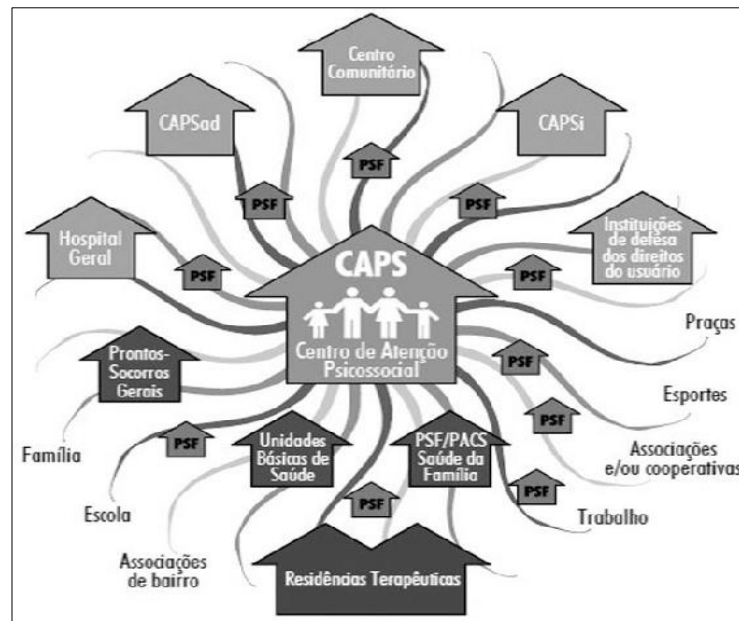
¹¹Art. 1º: Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que se trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recurso econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra (BRASIL, 2001).

- CAPS I – Atende municípios com população entre 20.000 e 70.000 habitantes, funciona das 08 às 18 horas, de segunda à sexta-feira;
- CAPS II – Atende municípios com população entre 70.000 e 200.000 habitantes, funciona das 08 às 18 horas, de segunda à sexta-feira. Pode ter um terceiro período, atuando até às 21 horas;
- CAPS III – Atende municípios com população acima de 200.000 habitantes, funciona 24 horas, diariamente, também nos feriados e fins de semana;
- CAPSi – Atende municípios com população acima de 200.000 habitantes, funcionadas 08 às 18 horas, de segunda à sexta-feira. Pode ter um terceiro período, atuando até 21h;
- CAPS AD – Atende municípios com população acima de 100.000 habitantes, funciona das 08 às 18 horas, de segunda à sexta-feira. Pode ter um terceiro período, atuando até 21h.

Fora que os serviços substitutivos também contam com equipes que desenvolvem os serviços prestados pelo equipamento, formada por profissionais como assistentes sociais, psicólogos, médicos psiquiatras, profissionais de enfermagem, terapeutas ocupacionais e conhecedores de arte, além de outras formas terapêuticas de acolhimento ao indivíduo de saúde mental. Os usuários que permanecem um turno de 4 horas nos CAPS devem receber uma refeição diária (Brasil, 2004).

Os serviços de atenção psicossocial devem procurar desenvolver ao Máximo suas habilidades em atuar no território que, como abordamos anteriormente, não se reduz ao espaço geográfico. Serviço pode ser considerado tanto mais de base territorial, quando mais seja capaz de desenvolver relações com os vários recursos existentes no âmbito da sua comunidade (AMARANTE, 2007, p.85).

Figura 1. Rede de atenção à saúde mental – Brasil, 2023.



(Fonte: Brasil, 2004)

A figura apresenta a Rede de Atenção Psicossocial, tal como entendida pelo Ministério da Saúde, mas que pode ser bem mais ampla e complexa, de acordo com as possibilidades e a criatividade de cada serviço ou equipe (AMARANTE, 2007, p.86).

O objetivo dos serviços substitutivos em conjunto com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em especial o CAPS, é apresentar a possibilidade de um acolhimento a longo prazo, no tratamento dos usuários com transtorno mental, que não se restringe somente aos pacientes, atendendo os familiares/responsáveis.

O funcionamento desses equipamentos depende de muitas questões, o investimento na estrutura, a fim de atender minimamente o público, é essencial, infelizmente essa não é a realidade, muitos fecharam ou se encontram em ruínas, sem manutenção estrutural, sem funcionários e sem os insumos necessários para atender a população na área de saúde mental.

No tratamento, cada usuário é visto individualmente, não de forma isolada, e sim, direcionado para um tratamento que mais condiz e que mais se identifique com o seu caso. As terapias são realizadas em grupos ou de modo individual, além de ter oficinas de geração de renda para as famílias, de música, de arte, de pintura, de escrita e outras. No entanto, para a realização destas atividades precisa-se de investimento para os materiais, dado que muitas vezes o repasse não é feito, o equipamento fica limitado e não há a efetivação do serviço.

As demandas de saúde mental não se restringem à capacidade do equipamento, e não se esgotariam ali, visto que não são isoladas de um contexto social. Evidencia-se a importância de outros equipamentos no auxílio das necessidades apresentadas no acolhimento dos usuários dos serviços e seus familiares. Como as instituições de assistência social, que são fundamentais para tratar dos direitos e benefícios dos pacientes, a área da saúde, na parte de um tratamento físico ou não, necessariamente, e da educação para a emancipação do usuário, entre outros. O tratamento sucede quando todo o conjunto de dispositivos funciona concomitantemente.

Ademais, existe um grande debate sobre se os métodos de funcionamento nas comunidades terapêuticas, focadas no tratamento de álcool e outras drogas, dependem de uma internação média ou longa dos usuários. Um dos principais pontos criticados são as internações compulsórias, ou seja, contra a vontade do próprio indivíduo, o que remete às antigas práticas manicomiais e institucionais de repressão e de internação por ordem ou vontade de outro. Sendo, em muitos casos, uma decisão familiar ou governamental tomada em um momento extremamente delicado referente à vida do usuário, uma medida imediatista sob o discurso de “ajudá-lo”.

As comunidades terapêuticas no Brasil são instituições regulamentadas por lei e compõe a política pública de drogas do país. Desta forma, estão formalmente inseridas na Rede de Atenção psicossocial (RAPS), recebendo financiamento público para seu funcionamento, segundo a resolução do Conselho Nacional de Política sobre Drogas (CONAD) 01/2015. (PASSOS; SOUZA; GOMES; ARAUJO, 2020, p. 128).

Entende-se como importante todo e qualquer debate que remeta às antigas práticas repressoras, ainda mais que houve um aumento de investimentos nessas instituições por parte do Estado. Ao contrário do CAPS AD (com foco na redução de danos), esses espaços e suas internações compulsórias são demarcados por uma moralidade e disciplina religiosa, apoiando a interrupção abrupta do uso de álcool e outras drogas, levando o indivíduo a ter comportamentos de abstinência sem liberdade de escolha.

A estratégia do governo deixa evidente as tentativas de desmonte de políticas públicas e, conseqüentemente, das instituições e equipamentos, neste caso em específico, de saúde mental, trazendo à tona um modelo de repressão contrário à luta antimanicomial, esta que defende e preza pela liberdade e pela vida do usuário de saúde mental. As redes de atenção psicossocial simbolizam anos de luta

e conquista, mas o retrocesso tenta a todo tempo, através dessas instituições, legislação e financiamento, ganhar espaço de retorno.

Com a deliberação dos direitos constitucionais em 1988, foram criadas muitas legislações empenhadas na organização social e nos movimentos de lutas para a melhoria das condições sociais de vida. Nesse período de transformação e implementação da política de saúde mental, as conferências, os conselhos e os encontros eram fundamentais.

A participação social, não apenas na saúde mental, mas nas políticas de saúde de forma geral, teve um impulso decisivo com a introdução do capítulo da saúde na constituição de 1988 e, posteriormente com a instituição do SUS, regulamentado pela Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 (AMARANTE, 2007, p.79).

A luta antimanicomial segue o viés de melhoria e rompimento com os antigos métodos repressivos e discriminatórios. A “luta antimanicomial é uma defesa ética, política da vida, e todas as questões relacionadas com o viver e o habitar na cidade”(FERREIRA;REINHOLZ, 2021, p.1).

No entanto, existe um limite para o que está prescrito por lei: a execução das políticas na prática e o que elas não conseguem ultrapassar. Determinado pelas ações do capitalismo, pode-se pensar que este sistema não permite a liberdade e a emancipação do indivíduo e, segundo as políticas públicas, não tem estruturas físicas e nem de manutenção estatal para a efetivação desta emancipação. Por isso, essas passaram a assumir um papel de administração dos danos – mais aparentes e de maior gravidade – que se manifestam de forma direta no dia a dia. Ao pensar o cerne das questões apresentadas, entende-se que estas estão correlacionadas com o sistema de dominação capitalista.

4.1 Os limites estruturais das políticas sociais

As políticas públicas fazem parte do desenvolvimento do sistema capitalismo. Através do papel do Estado elas apresentam como respostas para as demandas da classe trabalhadora pelo mínimo de qualidade e condições de vida – mínimo pois não poderia ser maior ao ponto de permitir que os trabalhadores se emancipassem pelo que era oferecido pelo Estado. Segundo Marx (1998), o Estado se constituiu como o Comitê executivo da burguesia. Assim, encontra-se limites para a melhoria ou a implementação de novas políticas frente à burguesia capitalista. “Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses adotam, tanto

para garantir reciprocamente a sua propriedade e a de seus interesses tanto em seu interior, quanto externamente” (MARX; ENGELS, 2006, p. 98).

No entanto, o trabalho ainda como eixo principal da ação do capitalismo, cria e reproduz demandas para uma classe trabalhadora, que se modificam conforme as formas de organização social vão mudando. Constatamos que o Estado mantém a dominação sobre uma classe, porém não possui nenhum meio primário de regulação, dependendo do mercado, isto é, do dinheiro (KURZ, 2016). Este é gerado pela classe trabalhadora, a qual o Estado oprime e tenta a todo o momento desarticular enquanto uma classe, ou seja:

Segundo Kurz, o Estado não possuía nenhuma faculdade de criação de dinheiro, mas dependia estruturalmente de que a sociedade civil ganhasse uma quantidade suficiente de dinheiro "no mercado", para que também pudesse financiar a atividade crescente do Estado (KURZ, 2016).

Dessa forma, existe um “contrato” invisível e permanente sobre as condições que o Estado cria para conservar uma classe da qual ele depende, como as políticas públicas. O cerne do problema não é a presença de um governo ineficiente, entendido como um facilitador do sistema, mas a superação do modo de produção capitalista, que encaminha também para a superação do Estado atual, que organiza as relações do trabalho (KURZ, 2016).

Para Kurz, o sistema capitalista entrou em colapso a partir do momento que as políticas públicas não eram mais capazes de suprimir as necessidades básicas da classe trabalhadora, inclusive sua sobrevivência, o que desmoronou toda uma estrutura baseada em sua exploração.

Não se acredita na possibilidade de uma barreira absoluta. Mesmo os países cujo sistema financeiro já entrou em colapso, estão produzindo sempre novos "planos" de política econômica e financeira, que deverão superar definitivamente o desastre (assim também recentemente o Plano Real no Brasil). Mas nunca uma política econômica conseguirá modificar qualquer aspecto da falta de autonomia do Estado diante do dinheiro (KURZ, 2016, p.6).

Ainda que a política pública tenha alcançado o seu limite, o Estado não mudou nem mudará esse cenário, uma vez que não está à disposição de uma classe trabalhadora, mas de um sistema. Portanto, precisa-se de uma mudança radical de superação do sistema econômico vigente. Torna-se evidente as tentativas de eliminar conquistas sociais sob a justificativa do “corte de gastos”, ainda que essas sejam direitos básicos de uma sociedade.

A crítica aos "gastos excessivamente elevados do Estado" parte cegamente do ponto de vista do dinheiro e ignora completamente que os custos da atividade do Estado não são o resultado de um mau gerenciamento do mesmo, mas representam o nível civilizatório da modernidade. A própria corrupção política, tal como a encontramos hoje em todos os países, não é a causa, mas uma consequência da crise (KURZ, 2016, p.7).

Em concordância, István Mészáros (2009) fez uma crítica profunda e contundente ao sistema do capitalismo em crise, originário de um caráter destrutivo do capital. Conformados pelo que se denominava, segundo Marx, como mediações de segunda ordem, isto é, quando tudo passava a ser controlado pela lógica do capital, sem que levasse em conta os imperativos humanos-sociais vitais (MÉSZÁROS, 2009, p.11).

Entende-se que o capital vem dando indícios de uma crise com efeitos devastadores, percebida de forma global, os trabalhadores sofrem períodos de instabilidade, o resultado de um abrupto desemprego gera a miserabilidade, chegando a níveis extremos de sobrevivência. "É o crescimento do desemprego por toda parte numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associado. Esperar uma solução feliz para esses problemas vinda das operações de resgate do Estado capitalista seria uma grande ilusão." (MÉSZÁROS, 2009, p.25).

Essa crise não é decorrente de um cenário caótico de pandemia vivido nos anos de 2020 e 2021, embora as mídias comentem a respeito de um desequilíbrio pós-pandêmico. Também relacionam a crise ao modelo de governo vigente ou aos anteriores. No entanto, a crise é a crise do capital, é sobre o capitalismo se mostrar um sistema ineficiente, que está em colapso.

Segundo Mészáros, a crise foi destinada a piorar consideravelmente, invadindo não só as relações globais, mas todas as relações sociais, econômicas e culturais. A estratégia anterior adotada pelo capitalismo, baseada em injeção de grandes somas de dinheiros públicos que, conseqüentemente, os levou a endividamentos globais, não era mais capaz de controlar as novas crises.

Os rebatimentos das estratégias utilizadas pelo sistema capitalista, com vistas a minimizar as conseqüências da mesma para o processo de expansão e acumulação do capital, na busca por reestabelecer as taxas de lucro, implicam em transformações societárias significativas no âmbito do Estado, especialmente, no tocante ao desenvolvimento das políticas sociais, em que se registram limites e retrocessos para a sua efetivação como, por exemplo, para a política de saúde pública (MÉSZÁROS, 2009 *apud* MOURA; SILVA, 2015, p. 108).

Os primeiros impactos causados pela crise foram o aumento do desemprego. Com isso tirou-se o poder de compra da população, ou melhor, tirou-se

o poder de sobrevivência da população desempregada, e com o desmonte das políticas públicas tornou-se cada vez mais difícil manter o mínimo de estrutura. Então, surgiram os subempregos e os trabalhos informais na tentativa de contornar a situação. Contudo, a instauração da crise estrutural ativou os limites absolutos do capital, mas não o levou a autodestruição (MOURA; SILVA, 2015, p.108).

Tais transformações afetaram a vida da população, de um modo geral, sua saúde e saúde mental, que diante do contexto do desmonte de políticas públicas, começaram a sofrer retrocessos. Enquanto isso, o número de pessoas com transtornos ou acometidas por alguma síndrome aumentaram, tendo em vista que a dinâmica do capitalismo foi fundamentada no adoecimento da sociedade, não só físico como mental.

Em 2020, em Genebra, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou a maior revisão mundial sobre saúde mental desde a virada do século (OPAS, 2022). No ano de 2019, quase 1 bilhão de pessoas, incluindo 14% dos adolescentes do mundo viviam, com um transtorno mental. O suicídio foi responsável por mais de 1 a cada 100 mortes e 58% dos suicídios ocorreram antes dos 50 anos de idade.

Com a pandemia do COVID-19, a dinâmica de isolamento, as milhares de mortes, e com todas as esferas das relações sociais fechadas (igrejas, escolas, trabalho) e até mesmo o distanciamento entre entes familiares, aumentaram os casos de transtornos mentais. “Uma análise da OPAS na região também sugeriu que um terço das pessoas que sofreram com a COVID-19 foram diagnosticadas com um transtorno neurológico ou mental” (OPAS, 2022).

De acordo com um resumo científico divulgado pela OMS, a prevalência global de ansiedade e depressão era 25% no primeiro ano da pandemia. Entretanto, os serviços de atendimento a essas pessoas não eram capazes de atendê-las devido ao aumento dos casos e o nível de contágio.

Esses dados reafirmam o quanto a sociedade está adoecida, sendo agravados em decorrência de situações como a pandemia do COVID-19, no entanto, esse resultado é relacionado a algo estrutural: a saúde mental e o sistema capitalista são antagônicos, não confluem dentro de uma sociedade, é uma relação incompatível.

O crescimento da demanda de atendimento e acolhimento do usuário com transtorno não é compatível com a realidade de desmonte atual.

A política de saúde mental, enquanto novo modelo assistencial proposto pela Reforma Psiquiátrica, sofre os reflexos da redução do Estado diante da influência neoliberal, na qual há uma redução do orçamento por parte do governo em gerir os serviços sociais. Desse modo, observam-se aberturas para o setor privado, com vistas à obtenção de lucros (MOURA; SILVA, 2015, p.111).

O perigo do retorno de práticas antigas em relação à saúde mental, comandadas por uma “nova” concepção de redução de gastos, ou mesmo por tentativas de desmonte da política de saúde, são ideais neoliberais, em que quanto menor a interferência do Estado como gerenciador das políticas, melhor para as práticas neoliberalistas, que visam apenas lucrar diante da conjuntura social.

Um dos maiores riscos desse desmonte, no que se refere à saúde mental é a volta da reprodução das práticas dos manicômios, que inclusive promoveu lucros com financiamentos de instituições privadas[...] o risco de reproduzir as antigas concepções nos novos serviços substitutivos, transformando-os em pequenos manicômios (BARBOSA, 2006, p. 92 *apud* MOURA; SILVA, 2015, p. 112).

As tendências à privatização da saúde têm representado um dos maiores desafios para a saúde mental, especialmente no que diz respeito à materialização dos princípios propostos pela Reforma Psiquiátrica, visto que há um incentivo à precarização dos serviços sociais, um estímulo à busca de soluções no setor privado (MOURA; SILVA, 2015, p.112).

Segundo o pensamento marxista, com o colapso do capitalismo a sociedade está cada vez mais próxima da derrocada do capital. Entretanto, acredita-se na possibilidade do capital de se reestruturar diante da crise, “é claro que seria um tanto ingênuo sugerir que daqui em diante não haveria mais saída para a expansão capitalista e para o deslocamento manipulador de muitos de seus problemas” (MÉSZÁROS, 2009, p.75).

Dada as condições históricas, precisa-se pensar para além do capital, na superação dessa sociedade. Mézáros defendeu a constituição de um sistema que não reproduzisse as relações do capital, uma transição socialista.

O objetivo estratégico real de toda transformação socialista é, e continua sendo; a radical transcendência do próprio capital, em sua complexidade global e na totalidade de suas configurações históricas dadas e potenciais, e não meramente dessa ou daquela forma particular de capitalismo mais ou menos desenvolvida(subdesenvolvida) (MÉSZÁROS, 2009, p.78).

Como em qualquer transformação social existem limitações, questiona-se como isso ocorrerá em uma sociedade já concretizada, instaurada, como a sociedade capitalista. Para isso, Mézáros, a luz do pensamento de Marx, elevou a ideia para uma reestruturação radical da estrutura do capital.

Em contraste, sem a reestruturação radical do arcabouço estrutural do capitalismo, inerente não apenas a um dado mecanismo econômico, mas ao sociometabolismo herdado em geral- realizável somente como um

processo histórico complexo, com todas as suas contradições e potenciais retrocessos e perturbações-, é inconcebível levar o projeto socialista à sua efetivação apropriada (MÉSZÁROS, 2009, p.77).

A ofensiva socialista não se refere a algo imediatista, fácil e ingenuamente otimista. E não há alguma mudança que se desenvolva sem percalços e empecilhos. O caminho é romper com a estrutura alienante e inserir a massa na tomada de decisão política e econômica que vise uma sociedade que elimine todas as bases do capital.

4.2 Ruptura com a experiência social que adocece e liberação das forças sociais criativas: estudos de Eros e Civilização

Ao pensar sobre uma sociedade livre do sistema capitalista e de suas instituições, que ao longo dos séculos impuseram uma dominação a partir do trabalho, afetando diretamente as relações e a subjetividade humana, torna-se possível analisar o pensamento de Herbert Marcuse, em *Eros e Civilização*, que elaborou acerca da possibilidade de uma civilização sem amarras repressoras.

A arte é, talvez, o mais visível retorno do reprimido, não só no indivíduo, mas também no nível histórico-genérico. A imaginação artística modela a memória inconsciente da libertação que fracassou, da promessa que foi traída. Sob o domínio do princípio de desempenho, a arte opõe à repressão institucionalizada a imagem do homem como um sujeito livre; mas num estado de não-liberdade, a arte só pode sustentar a imagem da liberdade na negação da não-liberdade (MARCUSE, 1975, p.134).

Pela arte e com o uso da arte, Marcuse apresentou uma alternativa para a libertação, e pelo reencontro com essa, foi possível pensar saídas em oposição ao processo de dominação, “a imaginação visiona a reconciliação do indivíduo com o todo, do desejo com a realização, da felicidade com a razão (MARCUSE, 1975, p.134).

Portanto, constrói-se caminhos que permite-se pensar com a arte/imaginação, a ruptura que envolve uma sociedade civil reprimida e adoecida, e permitir uma emancipação da vida livre e de resgate. O valor de verdade da imaginação relaciona-se não só com o passado, mas também com o futuro; as formas de liberdade e felicidade que invoca pretendem emancipar a realidade histórica (MARCUSE, 1975, p.138).

A proposta de uma nova forma de vivência necessitava de rupturas radicais, abrir mão de uma felicidade momentânea – dentro dos parâmetros de dominação social de ser feliz –, para uma liberdade em longo prazo, com as transformações lentas, usando de meios de progresso como a arte, em vez da indústria.

De acordo com a hipótese de Freud, Marcuse acreditava que essa transformação seria realizada em etapas: a primeira, um evento na história geológica, depois no princípio da civilização, e a terceira quando a civilização alcançasse seu nível supremo. Ainda se acredita nessa teoria porque, embora os indivíduos já tenham pertencido a um sistema considerado desenvolvido, com o desenvolvimento material dos maquinários, da tecnologia e das ciências, as relações sociais e a subjetividade do ser humano não acompanharam esse progresso, pelo contrário, as relações se “coisificaram” e o homem tornou-se individualizado.

O ator, nesse evento, já não seria o homem animal histórico, mas o sujeito consciente, racional, que dominou e se apropriou do mundo objetivo como arena para as suas realizações. O fator histórico contido na teoria freudiana dos instintos teve sua fruição na história quando a base do Ananke (Lebensnot) que, para Freud, forneceu a justificação racional ao princípio de realidade repressivo é abalada pelo progresso da civilização (MARCUSE, 1975, p.140).

Percebe-se o quão difícil é imaginar uma vida em sociedade diferente da estabelecida atualmente e de se desprender dos princípios impostos pela dominação do capital, uma vez que ao longo dos séculos esses foram incorporados ao íntimo dos indivíduos. Além disso, para Marcuse, a estrutura internacional predominante da civilização industrial condena ao ridículo semelhante ideia.

A questão é pensar o quanto uma sociedade está disposta a se transformar em favor de uma sociedade sem repressão, sem dominação com relações sociais igualitário sendo o importante a satisfação das necessidades básicas que neste pensamento colocadas como alimento, alojamento, vestuário, lazer. Pensando em uma divisão de classes social; pensar que os detentores dos maiores recursos financeiros teriam que se abster de uma vida construída por dominação e exploração de uma classe sob a outra, teriam que pensar em uma igualdade social de verdade, é desafiador somente pensar nestas possibilidades. [...] A reconciliação entre o princípio de prazer e o de realidade não depende da existência da abundância para todos. A única questão pertinente é se um estado de civilização pode ser razoavelmente preconizado, no qual as necessidades humanas sejam cumpridas de modo tal e em tal medida que a mais-repressão possa ser eliminada (MARCUSE, 1975, p.140).

O trabalho na sociedade capitalista concretiza-se pela dominação, repressão e controle, enquanto vendem a ideia de uma satisfação humana, relacionada a princípios morais e religiosos de edificação do homem.

Na sociedade livre, a categoria do trabalho não seria eliminada, mas assumiria a função de atender apenas as necessidades básicas da vida humana. De fato, conforme Marcuse afirmou, “por maior que seja a sua riqueza, a civilização depende de um trabalho constante e metódico, e, assim, de um desagradável

retardamento da satisfação” (MARCUSE, 1975, p.142). Assim, a eliminação da mais-repressão simbolizaria o fim da existência humana como instrumento de trabalho.

A construção dessa nova sociedade permite a ressignificação da vida humana diante de uma realidade em ruínas. Para Marcuse, libertar o homem das condições existenciais inumanas é a solução para o problema mundial, tendo em vista que o capital introduza desigualdade social, a exploração do trabalho, a repressão, a devastação em diversas áreas da vida dos indivíduos.

O impulso não tem por alvo jogar com alguma coisa; antes, é o jogo da própria vida para além de carências e compulsões externas a manifestação de uma existência sem medo nem ansiedade e, assim, a manifestação da própria liberdade. O homem só é livre quando está livre de coações, externas e internas, físicas e morais quando não é reprimido pela lei nem pela necessidade (MARCUSE, 1975, p.167).

Logo, entende-se que é preciso que os modos de vida presentes na sociedade capitalista sofram uma ruptura para alcançar a liberdade em sua totalidade, em todas as áreas “tal revolução só se torna possível se a civilização tiver atingido a mais alta maturidade física e intelectual” (MARCUSE, 1975, p. 168). Essa mudança é dada através do mundo lúdico, pela possibilidade de imaginar e entreter o mundo dos sonhos e das artes, assim, a realidade dos seres humanos se resumiria na contemplação da natureza, sem atividades de exploração e o esgotamento dos recursos naturais.

Na obra de Marcuse, existiram três elementos centrais, o primeiro foi a transformação do esforço laborioso que se concretiza no fim de trabalho como forma de exploração das massas, para atender a própria população sem acúmulo e sem que tais atividades pudessem prender ou coagir/dominar o ser humano.

O segundo elemento é composto pela auto sublimação da sensualidade, a solução de conflitos entre os impulsos sensuais e formais, “o estabelecimento da tirania repressiva da razão sobre a sensualidade” (MARCUSE, 1975, p.169), que deverá ser livre e harmônico com a civilização. Enquanto o terceiro é formado pela conquista do tempo, à medida que este destrói a gratificação duradoura.

Nesse ponto, encontram-se as críticas idealista e materialista da cultura. Ambas concordam em que a ordem não-repressiva só se torna possível no grau supremo de maturidade da civilização, quando todas as necessidades básicas podem ser satisfeitas com um dispêndio mínimo de energia física e mental, num mínimo de tempo (MARCUSE, 1975, p.172).

Na sociedade capitalista, o tempo sempre foi uma questão central, desde seus primórdios, pois gerava mais economias, o trabalho era controlado por ele, o

tempo regia a sociedade. Pode-se dizer que ainda hoje ele se constitui como uma das principais formas de controle social, a sociedade se estabelece com base nas normas ditadas por ele, às vezes pela falta, outras pelo excesso. Este último corresponde ao horário destinado ao trabalho, uma vez que essa é a atividade que consome mais horas no dia do trabalhador condenado e, a partir disso, resta pouco tempo para o prazer, o lazer, a satisfação própria, a contemplação do indivíduo com ele mesmo.

Racionalmente, o sistema de trabalho social seria organizado, pelo contrário, tendo em vista a economia de tempo e espaço para o desenvolvimento do indivíduo fora do mundo de trabalho inevitavelmente repressivo. O jogo e a exibição, como princípios de civilização, implicam não só a transformação do trabalho, mas a sua completa subordinação à livre evolução das potencialidades do homem e da natureza (MARCUSE, 1975, p.174).

A superação do regime capitalista exige que categorias como o trabalho, o tempo livre, a felicidade, entre outras, sejam ajustadas e transformadas, para fluírem em concordância com uma sociedade livre. Todo e qualquer meio de repressão e dominação estarão em desacordo com o modelo proposto pelo autor.

Em uma sociedade madura e livre, com relações duradouras, a cultura não-repressiva pode ser concretizada. A civilização foi imposta a uma repressão da liberdade e dos instintos, entre eles o sexual.

Visa ao estabelecimento de uma nova relação entre os instintos e a razão. A moralidade civilizada é invertida pela harmonização da liberdade instintiva e da ordem: libertos da tirania da razão repressiva, os instintos tendem para relações existenciais livres e duradouras, isto é, geram um novo princípio de realidade (MARCUSE, 1975, p.174).

O ser humano, enquanto elemento produtivo, abandona todo seu instinto, se reduzindo a força de trabalho, caindo em uma sociedade racionalista, robotizada. Esse mecanismo apagou intuições sentimentais e sexuais, necessárias à qualidade de vida e que precisam ser protegidas.

Essas restrições, impostas pela necessidade de conservar uma vasta proporção de energia e tempo aos labores não-gratificantes, perpetuam a dessexualização do corpo, a fim de que o organismo seja o sujeito-objeto de desempenhos socialmente úteis (MARCUSE, 1975, p.176).

Freud e Marcuse apresentaram que as relações definidas como duradouras e responsáveis têm relação com o instinto sexual, este por sua vez, também tem com o afeto. À medida que os indivíduos foram reduzidos à produtividade no trabalho, este lugar de domesticação, controle dos corpos e repressão dos instintos, tornaram-se cada vez mais restritos. Enquanto, no que se refere ao lado privado, a

família e as relações sexuais existiu um outro tipo de privação: a dominação divina e moral. “A força plena da moralidade civilizada foi mobilizada contra o uso do corpo como mero objeto, meio, instrumento de prazer; tal coisificação era tabu e manteve-se como infeliz privilégio de prostitutas, degenerados e pervertidos” (MARCUSE, 1975, p.176).

Alguns pensamentos sobre a experiência de uma sociedade não-reprimida persistem na ideia do trabalho produtivo como algo que se modificou ainda há solução, fundamentado na melhoria do processo, em que cada indivíduo seria alocado conforme sua compatibilidade e gosto; outros acreditam no desenvolvimento de cultivo da natureza, na ausência de conflitos, na determinação social no modo de cooperação. Já Marcuse, defendia a transformação radical da engrenagem industrial.

“Mas, enquanto os conceitos psicanalíticos e antropológicos de tal ordem foram orientados segundo um passado pré-histórico e pré-civilizado, o nosso exame do conceito está orientado segundo o futuro, segundo as condições de uma civilização plenamente amadurecida” (MARCUSE, 1975, p.188).

Ademais, Marcuse apontou a ideia de Fourier a respeito do trabalho em uma sociedade sem dominação, e disse que ele foi quem mais se aprofundou nessa questão dentre os utopistas socialistas, elucidando a liberdade da sublimação não-repressiva.

Se a indústria é o destino que nos foi atribuído pelo Criador, como pensar que ele queira aí levar-nos pela violência, que ele não tenha sabido colocar em ação algum recurso mais nobre, algum atrativo capaz de transformar os trabalhos em prazeres (FOURIER, 1937 *apud* MARCUSE, 1975, p. 189).

A partir de uma transformação bem distribuída, baseada nas inclinações do indivíduo para determinada função, o trabalho se tornaria prazeroso e atraente, afinal ele estaria desempenhando uma função da qual ele gosta¹². O pensamento de Fourier foi estruturado na “existência de uma *attraction industrielle* que facilita a cooperação aprazível” (FOURIER, 1937 *apud* MARCUSE, 1975, p.198).

Essa *attraction passionnée* tende para três objetivos principais: a criação de luxo, ou o prazer dos cinco sentidos; a formação de grupos libidinais (de amizade e amor); e o estabelecimento de uma ordem harmoniosa, organizando esses grupos para o trabalho de acordo com o

¹²Existe uma frase muito utilizada nos dias de hoje para o incentivo ao trabalho, que se relaciona a trabalhar com o que se ama: “Escolha um trabalho que você ame e não terá que trabalhar um único dia em sua vida” (não há evidências de sua autoria); esta é compatível com o pensamento de Fourier de um trabalho mais prazeroso.

desenvolvimento das paixões individuais (jogo interno e externo de faculdades) (MARCUSE, 1975, p.189).

Segundo Marcuse, “contudo, em seu pormenorizado esquema para a realização dessa ideia, entrega-a a uma organização e administração gigantesca e, dessa maneira, retém os elementos repressivos” (MARCUSE, 1975, p.189). O autor defendia a ruptura, a reestruturação da sociedade fundamentada na dominação, que dita e organiza a ordem produtiva do trabalho e para além delas, as relações sociais, assim como a dinâmica da sociedade como um todo.

Enfim, ao pensar em uma real transformação social, Herbert Marcuse apresentou uma possibilidade baseada em pensamentos filosóficos e críticos, uma sociedade livre da dominação estrutural, sem qualquer forma de repressão moral e institucional, a partir do livre desenvolvimento das habilidades humanas na realização das atividades produtivas. Nesse tipo de organização social, o ser humano não se consiste em mera força de trabalho, toma seu destino nas mãos, usa do trabalho para suprir suas necessidades básicas e não por causa de mecanismos de exploração. E, de fato, ser livre em sociedade, para pensar e viver fora de um sistema adoecido que mata, recrimina e caminha para a ruína. Apesar dos desafios, que seriam inúmeros e dependeriam da disposição histórica de uma série de fatores, Eros mobiliza a capacidade de se imaginar um novo modo de vida, baseado em afetos conscientes, na recusa da velha estrutura opressora e na liberação criativa e amorosa das pulsões de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou analisar e refletir o quanto o capitalismo foi capaz de causar transformações na dinâmica e modo de vida dos seres humanos, assim como na natureza. Torna-se desafiador pensar na profundidade do alcance de um modelo de dominação de hábitos e da sociedade. Por isso, um dos objetivos desse ensaio foi pensar na inconsistência de se ter uma saúde mental estável dentro da lógica de um sistema de dominação que é incompatível com o conceito de saúde plena.

Devido às mudanças sociais causadas pelo sistema capitalista, a produção de riqueza superou a concepção de vida livre e de indivíduos condutores da sua própria liberdade, transformando-os em mera força de trabalho. As relações trabalhistas foram doutrinadas pelo tempo controlado, no qual a velocidade, o dinamismo e a alienação se relacionaram; a vida foi conduzida para um estado de submissão diante de tal estrutura econômica exploradora e desigual.

A partir da análise histórica, entende-se quais lugares determinadas classes ocuparam dentro desta dinâmica a primeira, deteve todos os meios de acumulação dos bens lucrativos e, através disso, acumulou riquezas concentradas sob o domínio de poucos. Assim, foi estabelecido todo o privilégio dessa camada social e os desdobramentos nas relações sociais ocasionados pelo acúmulo/falta de acesso aos meios que sustentavam financeiramente a vida. Por outro lado, uma classe dominada pela exploração do trabalho, que resistiu à dinâmica desse sistema (que só objetiva o lucro), e sendo alvo da miséria e do adoecimento, entre outras situações destrutivas desencadeadas pelo capitalismo.

Outro ponto importante representado foi o quanto esse sistema internalizou-se nas relações sociais e o conflito interno dos seres humanos. O elemento tempo, inicialmente correlacionado com a liberdade, passou a ser ligado às atividades industriais de trabalho e, depois, invadiu o cotidiano, tornando a vivência multifuncional/polivalente no menor tempo possível, além do sentimento de insuficiência, uma vez que objetivo não era alcançado. A lógica era ser dinâmico e ágil sempre, o ócio é inimigo da sociedade capitalista.

A flexibilização do tempo foi incapaz de contemplar totalmente a dinâmica das relações sociais saudáveis e de qualidade, a contemplação individual não coube nessa sociedade. A crítica não é direcionada ao advento das tecnologias e avanços científicos importantes e revolucionários, mas o que se concentra por trás disso: a

vida humana acelerada, as relações sociais rasas, os comportamentos mais individualizados e isolados, a alienação, o uso de telas e redes que se conectam somente pelos canais virtuais, o consumo em massa como consequência do fetichismo da mercadoria. Esses elementos constituem adoecimentos e inseguranças nos indivíduos, os espaços são preenchidos por uma lógica imediatista, mas estão longe de produzir um prazer próprio em longo prazo.

Portanto, pensar na base do adoecimento social é pensar em uma estrutura social e econômica (a capitalista) que gera um desgaste físico e emocional ao indivíduo, altera seu caráter e o faz questionar sobre seu valor, caso ele não consiga acompanhá-la. Tal sociedade, tende cada vez mais ao individualismo e à vivência isolada.

Contudo, entendendo a dinâmica do sistema capitalista, conclui-se que é um sistema que já não mantém sua potencialidade por inteiro, suas capacidades de enfrentar crises e de reestruturação não se consolidam, entram em contradições continuamente ao se deparar com barreiras econômicas e sociais, produtos de sua própria organização autodestrutiva. A lógica se estabelece pela exploração do trabalho e pelos meios de dominação da vida humana. Porém, essa organização social chegou no limite, não é compatível com uma vida em sociedade minimamente saudável.

Em resumo, a trajetória desse trabalho baseou-se na reflexão sobre a impossibilidade de se ter saúde/saúde mental efetiva, conforme considerado o conceito de saúde, diante de um sistema que adoece e estabelece dominação sobre os corpos, a liberdade e a subjetividade do ser humano. Do mesmo modo, entende-se os limites das políticas públicas que não são capazes de lidar com essa explosão social, pois não têm bases para suportar e sanar toda essa problemática, somente administrar minimamente as questões oriundas do sistema capitalista.

Logo, a proposta foi pensar a superação radical do modelo capitalista, superando as formas de exploração e dominação do ser humano, buscar referências para se romper com o sistema adoecedor e desfrutar de uma sociedade livre de toda repressão e desigualdade.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. D. C. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

AMARANTE, P. D. C. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração editorial, 2013.

BARBOSA, E; MACIEL, P.H; SILVA, W. **Limites das políticas públicas e do estado no capitalismo**. VI seminário: Centros de crise e mundo do trabalho no Brasil, desafios para a classe trabalhadora. Ceará, 2018.

BEZERRA, B. **Desafios da reforma psiquiátrica no Brasil**. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, vol. 17, n. 2. Rio de Janeiro, 2007, p. 243-250, 2007. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/physis/a/H4wVY4ZDk9nKqdGsdzyJkWg/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20 de jan. 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Saúde mental/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**. Cadernos de Atenção Básica, n. 34, Brasília. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

BRASIL. **Há 726.712 pessoas presas no Brasil**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), Brasília. Disponível em:<<https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>> Acesso em: 03 de nov. 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Legislação em saúde mental 1990-2002**. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. 3ª Ed. revista e atualizada. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico, 1904-1995**. Editora Forense, 6ª edição universitária. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, L; MELLO, L; NOGUEIRA, P. **Desenvolvimento do capitalismo no Brasil e as tendências da política de saúde**. *Rev. Saúde Soc.* vol.27, n.4. São Paulo, 2018, p. 1094-1104.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1968.

FANON, F. **Alienação e Liberdade: Escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, D. **Frantz Fanon: Capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo**. *Ser social*, vol. 20, n.42. Brasília, 2018, p.148-163.

FERNANDES, S. **Nise da Silveira e a saúde mental no Brasil: um itinerário de resistência.** Tese (Pós-graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.

FERREIRA, A. **Miniaurélio século XXI escolar: O minidicionário da língua portuguesa,** 4ª Ed. Rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, M; REINHOLZ, F. **A luta antimanicomial é uma defesa ética, política da vida.** Brasil de Fato, Porto Alegre, 2021. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/18/a-luta-antimanicomial-e-uma-defesa-etica-politica-da-vida-defende-psicologa>>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

FOUCAULT, M. **Doença mental e psicologia.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 2019.

FOUCAULT, M. **A Sociedade punitiva.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSAWM. E. **A Era do Capital, 1848-1875.** São Paulo: Paz e terra, 2012.

JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria. Para uma nova crítica do valor.** Lisboa: Antígona, 2006.

KURZ, R. **A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política.** Rev. Indicadores econômicos FEE, Porto Alegre, 1995. Disponível em:<<http://obeco-online.org/robertkurz.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

KURZ, R. **A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política.** 2016. Disponível em:><http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm><. Acesso em: 20 de jan. 2022.

LIPOVESTSKY, G. **A felicidade paradoxal. Ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo.** São Paulo: Companhia de Letras, 2007.

LOPES, M. C. R. **Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea.** Trab. educ. saúde, vol. 7, n. 1, 2009.

MARCUSE, H. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

MARX, K. **O capital: O processo de produção do capital (Vol. 1).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENEGAT, M. **Sem lenço nem aceno de adeus. Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?** Revista PRAIAVERMELHA, vol. 20, n. 2. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2009.

MENEGAT, M. **O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto**. Revista EPOS. UERJ: Rio de Janeiro, v. 2, n.1, 2011. Disponível em: <<http://revistaepos.org/?p=356>>. Acesso em: 10 de set. 2022.

MENEGAT, M. **O fim da gestão da barbárie**. Revista Territórios Transversais, São Paulo, 2015.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo. Janeiro de 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, V.; SILVA, E. **Crise capitalista e política de saúde pública: tendências atuais pertinentes à saúde mental brasileira**. R. Pol. Públ. vol. 19, n. 1. São Luís, 2015, p. 103-115.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. Capítulo 1: Trabalho, sociedade e valor, 2ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

PASSOS, R. G. **Luta antimanicomial, reforma psiquiátrica e projeto ético político**: Disciplina do departamento de Economia Doméstica e Hotelaria do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (UFRRJ). Aulas II-V, 2017. Notas de aula. Mimeografado.

PASSOS, R. G.; FARIAS, J. S. de; GOMES, T. M. da. S.; ARAUJO, G. de C. L. de. (2020). **Comunidades terapêuticas e a (re)manicomialização na cidade do Rio de Janeiro**. Argumentum, vol. 12, n. 2, 2020, p. 125-140.

POCHMANN, M. **Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república**. Rev. Educ. Soc., vol. 38, n. 139. p.309-330. Campinas, 2017, p.309-330.

POSTONE, M. **Time, Labor and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory**. United States: Cambridge University Press, 1993.

WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo/1921-1988**. São Paulo: Unesp, 2011.

ROSA, L. **Transtorno Mental e o cuidado na Família**. São Paulo: Cortez, 2003.

SENNET, R. **O declínio do homem público: As tiranias da Intimidade**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SCHOLZ, R.O **Valor é o homem: Teses sobre a socialização pelo Valor e a relação entre os sexos.** São Paulo: Novos Estudos – CEBRASP, 1996.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRE, E. H. G.; AMARANTE, P. D. C. **“De volta à cidade, sr. cidadão!” - reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial.** Revista de Administração Pública, vol. 52, n. 6. Rio de Janeiro: FGV. 2018.

WHEEN, F.O **Capital de Marx: uma biografia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.